SÉRIE PRINCÍPIOS

Rodolfo Ilari & João Wanderley Geraldi

SEMÂNTICA



Sumário

1

Os limites movediços da semântica

Alguns pressupostos

Espera-se de um livro de iniciação sobre qualquer disciplina que comece por uma ou mais definições da disciplina em questão, que delimite claramente o conjunto de fatos a que a disciplina se aplica, e que enumere e ilustre seus conceitos centrais. Uma introdução à semântica construída segundo esse modelo começaria provavelmente por afirmações genéricas como "a semântica é a ciência que estuda a significação" e prosseguiria expondo um corpo de doutrina supostamente acabado.

Duvidamos que esse enfoque seria realmente esclarecedor para o leitor. As posições sobre o que é significação são inúmeras e extremamente matizadas e vão desde o realismo dos que acreditam que a língua se superpõe como uma nomenclatura a um mundo em que as coisas existem objetivamente, até formas de relativismo extremado, segundo as quais é a estrutura da língua que determina nossa capacidade de perceber o mundo; desde a crença de que a significação de uma expressão fica cabalmente caracterizada pela tradução em outra expressão, até a crença de

que qualquer tradução é impossível e para compreender a significação de uma palavra ou frase se exige a participação direta em atividades de um determinado tipo.

A palavra ciência evoca domínios de investigação claramente definidos, a respeito dos quais os cientistas aperfeiçoaram métodos de análise unanimemente aceitos e elaboraram conhecimentos coerentemente articulados e fiéis aos fatos. Ao contrário disso, a semântica é um domínio de investigação de limites movediços; semanticistas de diferentes escolas utilizam conceitos e jargões sem medida comum, explorando em suas análises fenômenos cujas relações não são sempre claras: em oposição à imagem integrada que a palavra ciência evoca, a semântica aparece, em suma, não como um corpo de doutrina, mas como o terreno em que se debatem problemas cujas conexões não são sempre óbvias.

Pareceu-nos que a existência de orientações distintas e a dispersão própria da disciplina semântica deveria ser mostrada ao leitor. Daí a decisão de não construir o livro em torno de escolas ou de conceitos teóricos, mas em torno de problemas. Escolhemos problemas que tiveram grande importância na reflexão sobre a significação ao longo dos últimos cem anos, e que nos pareceu possível discutir sem excesso de tecnicismos. O leitor que aceitar a tarefa de refletir sobre esses "exemplos" poderá utilizá-los em seguida para balizar o campo e para situar outros problemas semânticos sobre os quais venha a informar-se. Essas são, a nosso ver, etapas necessárias de um processo em que a conceituação abstrata deve aparecer depois.

A leitura deste livro nada pressupõe além de sensibilidade para os fatos de língua; para situar a reflexão que ele estimula convém, contudo, ter em mente três limites:

1) estaremos falando, sempre, *sobre* fatos de língua, ou seja, utilizaremos a língua para falar dela própria. Esse

emprego, que costuma ser chamado de "metalingüístico", tem exigências próprias, que o distinguem do uso corrente em que utilizamos a linguagem para falar do "mundo";

2) analisaremos frases e expressões do ponto de vista da sua significação, mas para isso teremos que nos referir inúmeras vezes à sua *forma*. Tratar uma expressão ou frase do ponto de vista de sua forma é analisá-la sintaticamente, e toda análise semântica pressupõe que sejam dadas de antemão informações sintáticas sobre as próprias expressões. Não nos afastaremos dessa prática corrente; apenas, por razões de espaço, fingiremos muito mais freqüentemente do que desejaríamos que as questões sintáticas são claras, e não apresentam problemas;

3) trataremos a análise dos fatos de língua, sob a perspectiva da teoria que os apontou. Assim, não vamos tomar sempre um mesmo tópico e tratá-lo de vários pontos de vista. Alguns deles apenas serão tratados de um ponto de vista, e isso porque nos parece importante que o leitor obtenha pela leitura deste livro um espectro da área e não apenas um ponto de vista de análise.

Dito isso, podemos passar à nossa introdução à semântica.

2

A relação sujeito-predicado

Um exemplo de construção complexa

A par de outras definições, como "conjunto de expressões dotado de um sentido completo", ou "unidade verbal que exprime um pensamento", a oração tem sido descrita em nossas gramáticas como a união de sujeito e predicado.

Como acontece inúmeras vezes no domínio da descrição lingüística (e na verdade em todos os domínios da descrição científica), "união de sujeito e predicado" não é uma definição perfeita de "oração"; muitos exemplos poderiam ser lembrados de orações em que a oposição sujeito-predicado não se aplica, como é o caso das orações construídas com verbos impessoais

(1) Choveu muito.

(2) Há muitas plantas neste quintal.

e outras em que um pensamento completo se diz por meio de uma seqüência de palavras a que a análise sujeito-predicado não parece aplicar-se:

(3) É o fim da picada.

(4) Escreveu, não leu, o pau comeu.

(5) Assim não dá.

Além disso, apesar de sua aparente simplicidade, as noções de sujeito e predicado são bastante difíceis de definir: nos casos claros, o sujeito da oração reúne em si uma série de características de forma e sentido: é uma forma nominal, que precede o verbo e acarreta nele fenômenos de concordância; funciona como expressão referencial, isto é, serve para transformar em objeto de discurso uma pessoa ou objeto da realidade; identifica o assunto da oração, e nomeia quem faz a ação. Nem sempre, porém, essas características aparecem juntas em uma mesma expressão. Decidir qual seja então o sujeito torna-se um problema espinhoso, como em (6) e (7):

(6) A garantia de sucesso são as promessas do governo.
(O critério da concordância leva a apontar como sujeito "as promessas do governo"; o critério da ordem leva a apontar como sujeito "a garantia de sucesso".)

(7) Fanático pelo Flamengo é o Pedro Martins.
(O critério da ordem leva a apontar como sujeito "fanático pelo Flamengo"; o critério da referencialidade leva a apontar como sujeito "o Pedro Martins".)

Por tudo isso, ao invés de pensar a oposição sujeito-predicado como uma *definição* de oração, convém que a pensemos como um *estereótipo*, um molde: esse molde corresponde de maneira satisfatória ao modo como a maioria das orações são construídas, e os casos em que sua aplicação é problemática não chegam a inutilizá-lo enquanto recurso para visualizar um dos principais processos de montagens de orações.

Feitas essas ressalvas, podemos entrar no assunto do capítulo. Em todos os tempos houve pessoas que não se contentaram em observar que numa oração completa se distinguem habitualmente um sujeito e um predicado, mas que procuraram dar uma resposta à seguinte pergunta:

"o que significa ligar um sujeito e um predicado?" Essa pergunta, que é tipicamente semântica, recebeu inúmeras respostas. Aqui, examinaremos três delas, historicamente mais importantes.

A ligação sujeito-predicado na gramática e na lógica clássica

A lógica clássica recebeu uma sistematização primorosa na *Logique ou art de penser*, de Arnauld e Lancelot, texto datado do século XVII e mais conhecido como *Logique de Port-Royal*. O mesmo grupo de pesquisa que produziu a *Logique ou art de penser* produziu também uma gramática escolar conhecida como *Grammaire de Port-Royal*, e o contato entre os dois textos é enorme: na realidade, a lógica e a gramática, na perspectiva daqueles autores, cuidam, sob ângulos diferentes, de uma mesma atividade — a atividade de pensar. Para os estudiosos de Port-Royal, as palavras são "sons distintos e articulados de que os homens fizeram sinais para indicar o que se passa em seu espírito". Não causa estranheza então que as palavras sejam classificadas, conforme correspondem a operações ou aspectos de operações mentais, em nomes, verbos etc. Também não causa estranheza que a maior atenção seja destinada a três classes de palavras — *nome*, *verbo* e *conjunção* — que em última análise são tomadas como instrumento ou expressão das três operações lógicas fundamentais: conceber idéias; formular juízos e encadear

juízos em raciocínios, ao passo que quase nada se diz da *preposição* e do *advérbio*, por exemplo.

Para quem, como nós, está interessado em compreender como a lógica clássica entendeu a relação sujeito-predicado, a operação lógica a considerar é a formulação de juízos. De fato, expressar um juízo nada mais é que estabelecer uma conexão entre um sujeito e um predicado (ou atributo, para usar o termo original dos autores), isto é, construir gramaticalmente uma oração.

Port-Royal reconhece que as orações da linguagem corrente são muito diferentes entre si; há, contudo, um tipo que, por assim dizer, exibe mais claramente a estrutura dos juízos; são as orações de predicado "nominal", como

(8) A terra é redonda.

Nestas, cada um dos termos gramaticais corresponde a um elemento distinto na estrutura abstrata do raciocínio: a *terra* e *redonda* representam duas idéias concebidas em princípio de maneira independente, e o verbo *é* indica que existe entre ambas uma relação de compatibilidade, ou, mais precisamente, que a idéia expressa por *redonda* "convém" à idéia expressa por *terra*.

Todo juízo comportaria, de maneira análoga, duas idéias e uma conexão; mas essa estrutura abstrata é às vezes ocultada, na língua corrente, pelo fato de que os homens, cedendo a razões de brevidade e concisão, condensam em uma só palavra dois ingredientes do juízo, como quando dizemos

(9) Pedro lê.

Essa oração os autores analisariam em três partes, a saber:

(9') *Pedro é leitor.*

Da mesma forma

(10) Sou brasileiro.

se analisaria em

(10') *Eu sou brasileiro.*

Port-Royal aponta o verbo como a palavra mais importante da oração, mas os verbos de "sentido pleno", como chamaríamos hoje aos verbos intransitivos que exprimem ação, são considerados "impuros", no sentido de que incorporaram uma função de expressar idéias que não é essencial; o verbo por excelência em Port-Royal é o verbo de ligação: ele é que expressa, sem sobrecarga imprópria, o fato de que a segunda idéia (predicado) convém à primeira (sujeito).

Sujeito, predicado e inclusão de classe

É fácil perceber que, no contexto da gramática de Port-Royal, perguntar pelo sentido da relação sujeito-predicado é o mesmo que indagar pelo papel significativo desempenhado pelo verbo de ligação. A palavra-chave da resposta é, obviamente, o verbo "convém". Não há elementos no texto da *Logique* que permitam dar uma definição rigorosa desse termo, mas algumas observações contribuem para aclará-lo em parte. Antes de mais nada é preciso lembrar que os autores de Port-Royal formulam com absoluta clareza a distinção entre *extensão* e *compreensão* de uma idéia — *extensão* são todos os objetos a que uma idéia se aplica; *compreensão* são todas as determinações que a idéia encerra e que não podem ser-lhe retiradas sem destruí-la. Assim, a idéia de vertebrado é inerente ao sentido da palavra *tigre* (compreensão) e todos os tigres se incluem na classe dos vertebrados (extensão).

Conforme a extensão do nome-sujeito é considerada em sua totalidade ou não, as proposições são classificadas em *universais* ou *particulares*. É universal, por exemplo,

(11) Todo toxicômano é feliz.

já que considera a idéia expressa por "toxicômano" em sua extensão total; ao contrário, é particular

(12) Alguns políticos são liberais.

já que somente uma parte da extensão de "políticos" é tomada como objeto de predicação.

Se considerarmos a relação sujeito-predicado em termos extensionais, ao invés do misterioso verbo "convém", encontraremos em toda oração a expressão de uma relação entre classes: a classe dos toxicômanos, a crer em (11), é uma subclasse da classe das (pessoas) felizes; na terminologia da época, a idéia, expressa pelo sujeito é um "inferior" da idéia expressa pelo predicado. A crer em (12), haveria uma intersecção da classe dos políticos e da classe dos liberais; trata-se em ambos os casos de relações que poderíamos formular sem dificuldade nos termos da teoria matemática dos conjuntos.

À idéia de inclusão de classes, em Port-Royal, reduz-se inclusive a interpretação de frases construídas à base de nomes próprios (e chamadas por isso de "singulares") como

(13) Nero foi imperador.

Dir-se-á, no caso, que "Nero" nomeia uma classe que se inclui na dos imperadores e que, à diferença das que se mencionaram em (12), é uma classe unitária e é tomada em toda a sua extensão.

A relação sujeito-predicado e o raciocínio

Talvez seja o caso de lembrar aqui que a lógica clássica sistematiza raciocínios construídos mediante proposições que afirmam (ou negam) relações entre classes: o exemplo sempre citado a esse respeito é o famigerado raciocínio sobre a mortalidade de Sócrates:

(14) i. Sócrates é homem. (Ou seja, Todo o indivíduo que pertence à extensão de Sócrates é homem.)

ii. Todo homem é mortal.

iii. Sócrates é mortal.

Tratando-se de sistematizar raciocínios desse tipo, a análise que Port-Royal faz da relação sujeito-predicado é satisfatória (da inclusão de Sócrates na classe dos homens, e da inclusão da classe dos homens na dos mortais *decorre* a inclusão de Sócrates na classe dos mortais); isso explica por que ela conseguiu sustentar-se por tanto tempo e gerar como subproduto uma série de conceitos de que as gramáticas escolares continuam a valer-se.

A oração: análise fregeana

A segunda resposta historicamente importante à pergunta "o que significa ligar um sujeito e um predicado" toma forma nos escritos do matemático e lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925), uma figura pouco conhecida entre nós, mas que está associada a alguns dos principais desenvolvimentos da semântica moderna, a tal ponto que suas idéias terão que ser discutidas, obrigatoriamente, nos capítulos sobre negação e pressuposição.

Sujeito e verbo; predicado e argumentos

O enfoque de Frege se afasta, mais do que o de Port-Royal, da estrutura gramatical das orações. Vimos que Port-Royal propunha para a relação sujeito-predicado uma interpretação que se afastava ocasionalmente da forma visível da oração (lembre-se a análise dos verbos intransitivos em verbo de ligação mais nome, que transformava "Pedro lê" em "Pedro é leitor"). Em Frege, os desrespeitos à estrutura gramatical são mais freqüentes e mais radicais; na realidade, mostram que para esse autor as orações

têm uma estrutura semântica própria, em grande parte autônoma com respeito à estrutura gramatical. Toda a reflexão de Frege diz respeito a essa estrutura semântica, não às estruturas gramaticais tradicionais. Não admira assim que Frege chegue a uma análise da oração bastante diferente da de Port-Royal, e bastante afastada das maneiras correntes de encarar a oração.

Para entender o que há de inovador na reflexão de Frege, comecemos por comparar as orações (15) e (16):

(15) Pedro perde a mala.

(16) Qualquer passageiro da Varig perde a mala.

Numa perspectiva estritamente gramatical não há diferença entre essas duas orações: o esquema sujeito-predicado vale para ambas, embora a primeira tenha por sujeito um nome próprio, e a segunda, uma expressão complexa, cujo núcleo é o substantivo comum "passageiro". Ainda assim, do ponto de vista semântico, as duas orações são profundamente diferentes. A diferença aparece quando essas frases são tomadas como parte de uma frase mais longa, por exemplo, "Se . . . , a Varig o indeniza", como em (17) e (18):

(17) Se *Pedro perde a mala*, a Varig o indeniza.
= (15)

(18) Se *qualquer passageiro da Varig perde a mala*,
= (16)
a Varig o indeniza.

A velha tese de que os pronomes são "expressões que substituem o nome para evitar repetições enfadonhas" aplica-se em (17), mas entra em crise se for aplicada a (18). De fato, (17) é equivalente a

(19) Se *Pedro* perde a mala, a Varig indeniza *Pedro*.

mas (18) não é equivalente a

(20) Se *qualquer passageiro da Varig* perde a mala, a Varig indeniza *qualquer passageiro da Varig*.

A expressão *qualquer* contida no sujeito gramatical de (18) exprime uma generalização que diz respeito aos passageiros da Varig e que poderia ser explicada assim: é preciso imaginar tantos casos quantos são os passageiros da Varig; dentre estes, um certo número perde a mala, e a frase (18) como um todo afirma que a cada episódio de perda se segue a indenização correspondente ou, dito de outra maneira, que para todo e qualquer passageiro da Varig que consideremos, se ele perde a mala, ele mesmo recebe indenização. Se esta análise é correta, como parece ser, a estrutura semântica de (18) é, em esquema, algo como (21):

(21) Para qualquer passageiro da Varig, x, se x perde a mala, então a Varig indeniza x.

No esquema (21) declara-se aplicável a todos os passageiros da Varig uma espécie de "lei" ou "regra", na realidade uma relação de condição, a saber (22):

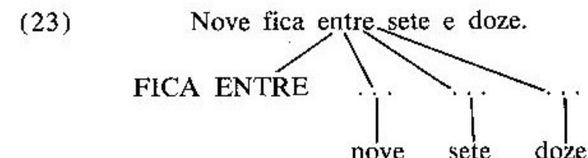
(22) Se . . . perde a mala, então a Varig indeniza . . .

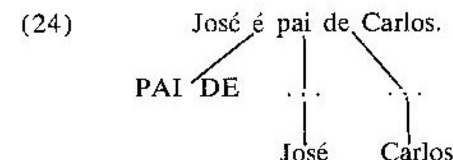
interpretada de maneira tal que as reticências se refiram, em cada episódio, ao mesmo indivíduo.

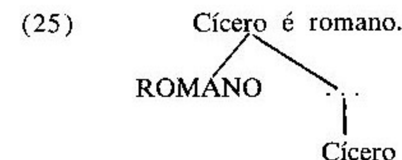
Além disso, para compreender essa operação de generalização, torna-se indispensável imaginar que as reticências sejam preenchidas sucessivamente por todos os passageiros da Varig, ou seja, as posições sintáticas correspondentes às reticências são sujeitas à variação, e a expressão *qualquer* recapitula o que se pôde observar no desenrolar-se dessa variação.

Para explicar a interpretação de expressões como *qualquer* (e também *todos*, *algum*, *nenhum*, e outras), em suma, é indispensável imaginar que determinadas posições de uma oração são sujeitas a variação. As posições sujeitas a variação são antes de mais nada todas as posições de sintagma nominal que acompanham o verbo, sem privilégio para nenhuma delas; chega-se assim a visualizar

a estrutura da oração como contendo uma expressão de caráter predicativo, mais um número especificado de posições apropriadas para serem preenchidas com nomes de pessoas ou objetos, conforme se pode visualizar nas representações (23), (24) e (25):

(23)


(24)


(25)


Vimos que a oração típica de Port-Royal tirava sua coesão da presença de um verbo de ligação estrategicamente localizado entre dois nomes. Em Frege, a coesão resulta do fato de que ela contém uma expressão (como ". . . fica entre . . . e . . .", ". . . é pai de . . ." ou ". . . é romano") que, embora sendo incompleta, ou precisamente por ser incompleta, sugere preenchimento e antecipa desse modo a forma da oração acabada. A tradição fregeana reservou a essas expressões a denominação de *predicados*. É próprio dos predicados ter a forma de ora-

ções gramaticalmente perfeitas, mas com lacunas. Na verdade, construímos predicados a partir de orações toda vez que esvaziamos uma ou mais de suas posições nominais; por esse processo, passa-se, por exemplo, da oração (26) aos três predicados (26a), (26b) e (26c):

(26) Quinze é maior que doze.

(26) a. ... é maior que doze.
b. Quinze é maior que ...
c. ... é maior que ...

Dado um predicado, a construção de uma oração completa se faz pelo preenchimento de suas lacunas: trata-se de suprir expressões nominais que as completem, ou seja, de utilizar expressões nominais na função de *argumentos* do predicado. É útil lembrar aqui a lição que tiramos da comparação dos exemplos (15) e (16): nossa discussão sobre perdedores de malas ensinou-nos que temos que distinguir dois tipos de expressão capazes de conectar-se com um predicado: há, de um lado, expressões como *nove, sete, doze, José, Carlos, Cícero* e *Pedro*: elas identificam indivíduos, singularizam-nos, tornando-os simultaneamente assunto do nosso discurso. São por isso chamadas de *termos singulares* ou *expressões referenciais*; há, por outro lado, expressões como *todos os passageiros da Varig, nenhum membro do Congresso, qualquer número par, algum orador célebre*: pela presença de pronomes indefinidos que exprimem uma vaga idéia de quantidade, essas expressões têm sido chamadas *expressões quantificacionais*. Tanto as expressões referenciais quanto as expressões quantificacionais são sintaticamente apropriadas para preencher as lacunas de um predicado dando origem a orações completas. Mas é bom que tenhamos em mente sua distinção ao recolocar e responder à pergunta que fizemos no início do capítulo: "O que significa conectar um sujeito e um predicado?"

Dois tipos de argumentos

É claro que na semântica de ascendência fregeana o termo "predicado" tem um sentido diferente do que tem na tradição gramatical; é claro também que a pergunta que fizemos no início deste capítulo precisa ser formulada de outra maneira, a saber, "que efeitos semânticos resultam de completar por meio de expressões nominais as lacunas de um predicado?". Há necessidade de duas respostas distintas, conforme o completamento da lacuna se faz por meio de um termo singular ou de uma expressão quantificacional. Consideremos primeiro o caso de termos singulares.

Numa semântica fregeana entende-se que os termos singulares designam objetos, e os predicados com uma lacuna designam conjuntos de objetos. Ligar um termo singular com um predicado de uma lacuna é formular a suposição de que o objeto designado pelo primeiro pertence ao conjunto designado pelo segundo. O caso dos predicados com duas ou mais lacunas explica-se como uma extensão deste (ver, na Bibliografia, as indicações sobre o manual de Allwood e colaboradores).

O preenchimento das lacunas de um predicado tem efeitos semânticos mais sutis quando os argumentos são expressões quantificacionais. É que, como sugere toda a discussão desenvolvida atrás, as expressões quantificacionais não são tomadas como nomes de objetos aos quais os predicados dizem respeito, mas são elas próprias expressões que dizem respeito aos predicados, precisando os limites da aplicação destes. Relembre-se a célebre frase

(14) Todo homem é mortal.

Na perspectiva do que vimos antes, precisa ser entendida como afirmando que o predicado "... é mortal" se aplica indistintamente a todos os homens. Nessa perspectiva, utilizar na oração expressões quantificacionais é de algum

modo "predicar a respeito de predicados". Não admira que a quantificação fosse descrita por Frege como uma "predicação de segundo grau".

Há ainda dois aspectos do preenchimento de predicados por expressões nominais que convém lembrar, mesmo numa exposição rápida como a nossa. O primeiro pode ser descrito como segue: toda vez que ligamos um argumento a um predicado de várias lacunas, preenchendo uma delas, o resultado é um novo predicado, com uma lacuna a menos. Isso tem conseqüências notáveis em certos casos de preenchimento por duas ou mais expressões quantificacionais. Por exemplo, a partir do predicado

(27) ESTAR EM (ou seja: "... está em ...")

e das expressões quantificacionais *toda pessoa* e *algum lugar* podem-se construir estes predicados distintos, de um só lugar:

(28) Toda pessoa é tal que está em ...

(29) Algum lugar é tal que ... está lá.

chegando-se através deles às orações (30) e (31):

(30) Algum lugar é tal que toda pessoa é tal que está lá.

(31) Toda pessoa é tal que algum lugar é tal que ela está lá.

Essas orações estranhas mas compreensíveis "exibem", por assim dizer, ostensivamente, a interpretação das frases mais correntes.

(32) Toda pessoa está em algum lugar.

e

(33) Há algum lugar em que todas as pessoas estão.

Trata-se de interpretações construídas com os mesmos ingredientes, mas obviamente distintas. No próximo capítulo, fenômenos análogos serão explicados através da noção de *escopo*, que será então explicitada.

O segundo aspecto a lembrar é que na tradição fregeana, ao completar todas as lacunas de um predicado logramos expressar um *pensamento*, isto é, um conteúdo que poderá revelar-se verdadeiro ou falso no confronto com os fatos. Ao passo que os predicados são entidades indefinidas do ponto de vista da verdade, toda oração acabada apresenta duas dimensões: o *valor de verdade* (o fato de ela ser verdadeira, ou falsa, nas circunstâncias) e as *condições de verdade* (as exigências que os fatos precisam satisfazer para que a oração seja declarada verdadeira). A pesquisa do sentido como busca das condições de verdade das orações é uma das linhas mestras de toda semântica fregeana.

Sujeito superficial e casos profundos

Os dois tipos de análise apontados não são capazes de mostrar as relações que intuitivamente podemos estabelecer entre as seguintes orações:

(34) Ontem, Pedro abriu a porta com esta chave.

(35) Ontem, a chave abriu a porta.

(36) Ontem, a porta abriu.

(37) Ontem, a porta abriu-se.

(38) Ontem, a porta abriu com esta chave.

Assim, do ponto de vista da gramática tradicional (inspirada em Port-Royal), a expressão *porta* é objeto direto na oração (34) e (35) e sujeito nas orações (36), (37) e (38). Na orientação que se origina em Frege, se faz corresponder ao verbo *abrir* um predicado de três argumentos em (34), de dois argumentos em (35) e (38) e de um argumento em (36) e (37) e não há nenhuma maneira simples de relacionar esses cinco predicados e as funções que cada um dos argumentos exerce junto a eles.

Uma terceira posição, na análise de expressões complexas de tipo oracional relativamente à relação entre sujeito e predicado, é assumida pela chamada "gramática de casos". Por "gramática de casos" entende-se mais propriamente uma orientação da lingüística gerativa derivada dos trabalhos de Charles Fillmore, cujas motivações e cujo arcabouço conceptual são bastante complexos. Aqui, usaremos, porém, a denominação "gramática de casos" de maneira inexata e abrangente, para fazer referência não só a Fillmore, mas também a outras orientações que valorizaram intuições semelhantes às dele, em particular a "teoria das valências" do francês Lucien Tesnière e a "teoria da transitividade" do britânico M. A. K. Halliday. Para todos esses autores, as orações de (34) a (38) não são orações independentes e sem relação; Fillmore e Halliday declaram explicitamente que o predicado dessas cinco orações é o mesmo; além disso, eles propõem uma análise que atribui a *porta* o mesmo papel de "coisa que sofreu a ação de abrir"; a *chave* o mesmo papel de "instrumento utilizado na ação de abrir a porta", e a *Pedro* o mesmo papel de agente que pratica a ação. O fato de as palavras *chave* e *porta* serem sujeito gramatical em (35), (36), (37) e (38) não implica que elas se tornem o agente da ação. Na verdade, em (35) a (38) o agente não está expresso.

A descrição de ações

A idéia central da "gramática de casos" é que subjacentes às orações da forma sujeito-predicado estão esquemas semânticos compostos por um verbo e um número determinado de expressões nominais, a cada uma das quais corresponde um determinado "papel" ou "caso". Conforme Halliday, "usamos a linguagem para representar nossa experiência dos processos, pessoas, objetos, abstrações, qualidades, estados e relações existentes no mundo exterior e interior". A construção de uma expressão complexa de tipo oracional é uma forma de o falante reelaborar sua experiência na forma de "pequenas cenas", sendo os ingredientes de cada uma delas fundamentalmente três: um *processo*, *participantes* e *circunstâncias*.

Nesse sentido, os exemplos de (34) a (38) são diferentes formas de representação de uma mesma "pequena cena" cujo processo é *abrir*, cujos participantes são *Pedro*, *a porta* e *a chave*, e em que há uma circunstância de tempo expressa por *ontem*.

Grosso modo, os três papéis fundamentais correspondem às três classes principais de palavras: *verbo* (ou locução verbal); *substantivo* (ou locução nominal) e *advérbio* (ou locução adverbial). Na reelaboração lingüística das nossas experiências relativas às "pequenas cenas" em que recortamos o real, os objetos participantes dos processos assumem normalmente os papéis de:

— *ator* (o participante, em geral animado e capaz de iniciativa, que desencadeia o processo; *Pedro*, no nosso exemplo (34));
— *objetivo* (o participante, animado ou não, que resulta do processo ou é por ele diretamente afetado; nos nossos exemplos, *a porta*);
— *beneficiário* (o participante, em geral animado, que é beneficiado ou prejudicado pelo processo; na oração "Pedro deu uma gravata a João", *João* é o beneficiário);
— *instrumental* (o participante da pequena cena descrita pela oração de que se serve o ator para a realização do processo; nos exemplos, *a chave*).

A expressão de processos mentais e relacionais

Até aqui, detivemo-nos em "pequenas cenas" relativas a ações. Nossa experiência, no entanto, não é apenas relativa a ações; o homem também experimenta sentimentos, classifica fenômenos e é capaz de referir-se ao próprio ato de falar sobre suas experiências. Assim, os *processos* sendo diferenciados, exigem a adaptação dos papéis que os participantes podem exercer. Há no mínimo mais dois outros tipos de processos que experienciamos: os processos mentais e os processos relacionais. As orações de *processos mentais* expressam o que se poderia chamar uma experiência pela qual um fenômeno invade a consciência do *processador*. Assim em

(39) João gosta de Virgínia.

não se pode dizer que *João* seja o ator e *Virgínia* o objetivo ou beneficiário de *gostar*. O modo como João intervém no processo descrito é como "experienciador" de um sentimento de que Virgínia é o "motivo". Que o experienciador não é um ator vê-se pelo fato de que (40) é uma frase "estranha", praticamente impossível de interpretar:

(40) O que João faz é gostar de Virgínia.

enquanto é posível dizer

(41) O que Pedro fez foi abrir a porta com esta chave.

Evidentemente, pode-se subclassificar as orações de processos mentais sob vários aspectos. Considerando o que expressam, podemos ter, entre outros, os processos

a) *perceptivos*

(42) João enxergou o balão cair.

b) *de reação*

(43) O presente agradou ao aniversariante.

c) *cognitivos*

(44) Maria acredita em fantasmas.

Outra forma de classificar as orações de processos mentais é considerá-las pelo ângulo do fenômeno percebido, a que se reage, em que se acredita etc. Desse ponto de vista, se poderá distinguir

(45) Pedro ouviu o que Maria estava falando.

(46) Pedro ouviu que Maria estava falando.

em que ora é um objeto que provoca a experiência processada, ora é um fato.

Uma característica da língua portuguesa relativamente às orações de processos mentais é que muitas vezes tais orações não podem ser expressas em estruturas passivas, ainda que os verbos sejam tradicionalmente classificados como transitivos diretos. Ou seja, são estranhas orações como

(47) O balão cair foi enxergado por João.

(48) José foi enxergado por Pedro.

(49) Água é querida por João.

Nas orações relativas a *processos relacionais*, também é impossível pensar no sujeito como ator, ou mesmo como experienciador. Nesse tipo de orações, na verdade, simplesmente relacionamos dois papéis:

(50) João é um analfabeto.

(51) João é o professor de gramática.

No primeiro exemplo temos uma oração em que se caracteriza João como pertencente à classe dos analfabetos; no segundo exemplo, a expressão "o professor de gramática" serve para identificar João.

Duas características de tais tipos de orações: os *verbos* simplesmente estabelecem a relação, e os papéis é que são substancialmente significativos. De outro lado, apenas as orações relacionais do segundo tipo permitem a inversão entre os dois papéis exercidos pelas expressões nominais. Assim teríamos

(51') O professor de gramática é João.

mas não teríamos, no mesmo sentido de (50), a oração

(50') Um analfabeto é João.

Gramática dos papéis de participação

Como se pôde notar, são as orações relativas ao recorte de "pequenas cenas" de ações que oferecem maior maleabilidade estrutural: qualquer dos participantes pode assumir a função de sujeito da oração. Parece haver, porém, uma hierarquia entre os papéis que superficialmente aparecem como sujeito. Retomemos nossas orações de (34) a (38):

(34) Ontem, Pedro abriu a porta com esta chave.

Quando o *ator* é expresso, este é o sujeito; na ausência de *ator* expresso, tanto o caso *objetivo* quanto o *instrumental* podem assumir a função de sujeito, como se pode notar em (35) e em (38):

(35) Ontem, a chave abriu a porta.

(38) Ontem, a porta abriu com esta chave.

Quando o *instrumental* também não é expresso, o *objetivo* pode assumir a função de sujeito, como em (36) e (37). Com exceção da *circunstância* (nos nossos exemplos, *ontem*), todos os papéis participantes, se não estiver expresso o *ator*, podem assumir a função de sujeito, sem que haja hierarquia entre eles.

Um dos méritos da "gramática de casos" é que, ao operar com papéis profundos, consegue explicitar relações entre diferentes verbos. Comparem-se as orações

(52) Pedro vendeu a casa a José por um conto de réis.

(53) José comprou a casa de Pedro por um conto de réis.

(54) Pedro cobrou um conto de réis de José pela casa.

(55) José pagou um conto de réis a Pedro pela casa.

É difícil recusar que todas essas orações poderiam ser tomadas como descrições ou relatos de um único acontecimento. Por conseguinte, é difícil recusar que em todas essas frases se descreve Pedro como *origem* de uma propriedade imóvel cujo *destinatário* é José ao mesmo tempo que se fala de uma soma de dinheiro cuja origem é José e cujo destinatário é Pedro; a gramática de casos dá conta de tudo isso atribuindo os mesmos papéis profundos nas diversas orações a *Pedro, casa, José* e *conto de réis*. Entretanto, se considerarmos as estruturas gramaticais superficiais das quatro orações, veremos que são bastante diferentes entre si: há em todas as orações um sujeito, um objeto direto, um objeto indireto e um adjunto, introduzido por *por*; mas as palavras que desempenham essas funções sintáticas não são nunca as mesmas:

	Sujeito	Objeto direto	Objeto Indireto	Adjunto
(52')	Pedro	a casa	José	um conto de réis
(53')	José	a casa	Pedro	um conto de réis
(54')	Pedro	um conto de réis	José	a casa
(55')	José	um conto de réis	Pedro	a casa

3

Operações sobre construções complexas

A negação e o advérbio

A mais importante lição a tirar da análise da relação sujeito-predicado é que, para compreender o sentido de relações gramaticais dotadas de alguma complexidade, temos obrigatoriamente que ir além dos dados, supondo (ou explicitando) esquemas abstratos subjacentes aos mesmos. Uma outra consideração é que vários esquemas subjacentes não esclarecem os mesmos aspectos dos "dados": há características das frases que se explicam de maneira mais convincente pela hipótese de que a oração é um predicado acompanhado de vários argumentos; há outras para as quais a hipótese de "pequenas cenas" é mais apropriada. A mesma "moral da história" emerge na discussão de dois outros fenômenos gramaticais que serão assunto desta seção: a negação e a "modificação do verbo pelo advérbio".

A negação segundo a gramática

O que significa negar? Que efeito tem, para o sentido da oração, a presença de palavras como *não* ou

nunca? A gramática tradicional classifica essas palavras como advérbios de negação, e pela definição geral de advérbio leva-nos a pensar que "modificam o verbo". É uma hipótese aparentemente correta, cujas raízes devem ser buscadas na orientação gramatical, cujas idéias sobre a relação sujeito-predicado já foram discutidas. Viu-se que segundo essa orientação a oração a ser tomada como padrão para todas as demais era composta de Nome + Verbo de Ligação + Nome, como no exemplo

(1) As cobras são venenosas.

e que nesse esquema o verbo expressava uma inclusão de classes ("a classe das cobras inclui-se na classe dos animais venenosos"). "Modificar o verbo pela negação" significa, nesse contexto, excluir que haja compatibilidade entre o sujeito e o predicado. Por exemplo,

(2) As cobras não são venenosas.

significaria que as idéias de "cobra" e de "animal venenoso" são incompatíveis; ou, ainda, que entre o conjunto das cobras e o conjunto dos animais venenosos não há qualquer intersecção.

Quando se esquece que o verbo por excelência da gramática clássica é o de ligação e que sua função é indicar compatibilidade, a afirmação de que o advérbio de negação "modifica o verbo" acaba sendo entendida de maneira distorcida ou — como acontece nas gramáticas escolares — acaba não sendo compreendida de maneira alguma. Mas, mesmo quando recolocada em seu contexto próprio, a afirmação de que o advérbio de negação modifica o verbo é problemática. Tomemos o exemplo (3):

(3) Todos os senadores não são favoráveis à nova lei.

Há duas interpretações possíveis para essa oração: na primeira, vale a paráfrase (4); na segunda valem as paráfrases (5) e (6):

(4) Todos os senadores são desfavoráveis à nova lei.
(5) Os senadores não são todos favoráveis à nova lei.
(6) Nem todos os senadores são favoráveis à nova lei.

A hipótese de que a negação indica que há incompatibilidade entre o sujeito e o predicado permite justificar a primeira das duas interpretações, isto é, a interpretação segundo a qual todos os senadores se opõem à nova lei; explicar a segunda interpretação aparece, ao contrário, como um problema sem solução, aliás um problema suficientemente grave para induzir ao abandono da própria explicação clássica.

A negação e a relação predicado-argumentos

Para superar o impasse que ficou caracterizado a propósito das frases (3), (4), (5) e (6) é preciso, antes de mais nada, abandonar a idéia de que a negação só modifica o verbo. Na verdade, as expressões negativas são mais numerosas do que sugere a gramática tradicional, e o advérbio *não* é, entre todas, uma das menos confiáveis, pelos equívocos a que dá margem.

Comecemos por observar que as línguas colocam à nossa disposição desde *prefixos negativos*, como *in-*, *anti-*, *a-*, *des-*, exemplificados em

(7) Ele é *in*feliz; este é um fenômeno *a*típico; as duas superfícies são *des*iguais; temos adotado um comportamento *anti*patriótico;

até variantes do advérbio *não*:

(8) não muito / nem sempre / nem muito
nem um / nenhum

e fórmulas negativas feitas para servir de moldura a frases inteiras:

(9) Não é verdade que... / Não acontece que...
Ex.: Não é verdade que Colombo visitou a Índia.

Para compreender (4) e (6) é preferível que tomemos como paradigma de todas as negações a expressão "Não é verdade que..." ou "Não se dá o caso que...", entendendo que o espaço das reticências precisa ser preenchido por uma oração de sentido completo. Assim, alguns dos exemplos já propostos seriam reformulados como segue:

(4') Não é verdade que todos os senadores são favoráveis à nova lei.
(7') Não é verdade que ele é feliz; não é verdade que este é um fenômeno típico; não é verdade que as duas superfícies são iguais; não é verdade que temos adotado um comportamento patriótico.

(Em muitos casos, porém, as paráfrases obtidas por esse método deixam a desejar, por exemplo, quem é desfavorável a alguma causa luta mais fortemente contra ela do que quem não é favorável.)

Em segundo lugar, convém que nos convençamos de que a negação se aplica a outras expressões da oração que não o verbo. Observemos estes diálogos:

(10) A: Se os pais são diabéticos, os filhos também são?
B: Não necessariamente.
(11) A: Napoleão tinha somente dois irmãos?
B: Não.
(12) A: Os militares eram favoráveis à deposição do presidente?
B: Nem todos.

O que se nega nesses exemplos não é que *os filhos de diabéticos sejam diabéticos*, que *Napoleão tivesse dois irmãos* ou que *os militares fossem favoráveis à deposição do presidente*: nega-se que os filhos de diabéticos sejam

necessariamente diabéticos, que Napoleão tivesse *somente dois* irmãos, ou que a disposição para derrubar o presidente fosse *unânime* entre os militares. A negação incide, em suma, sobre a idéia de necessidade expressa por *necessariamente*, sobre a restrição expressa por *só* e sobre a idéia de totalidade expressa por *todos*.

Para propor uma explicação da ambigüidade da oração (3), procuraremos tirar proveito da idéia de que a negação pode incidir sobre expressões de quantidade, e mais geralmente que a negação e as palavras que exprimem generalidade podem interagir. No capítulo anterior mostrou-se que é possível criar predicados (ver sujeito e verbo; predicado e argumentos) esvaziando na oração certas posições nominais e imaginando maneiras alternativas de preencher as lacunas assim obtidas. Falamos também da possibilidade de construir afirmações que exprimem generalizações sobre esses predicados.

Pois bem: no modelo que analisa as orações da língua como o preenchimento de um predicado com um número determinado de argumentos por um igual número de expressões referenciais é possível não só generalizar sobre predicados, mas também negá-los; as duas operações podem, aliás, ser aplicadas sobre um mesmo predicado, com a alternativa de evocar primeiro a generalização para depois negá-la, ou de negar primeiro e depois generalizar. Conforme se adota uma ou outra alternativa, a frase obtida expressará a negação de uma generalização, como em (13), ou a generalização de uma negação, como em (14):

(13) a. Vale de *todo menino* que (. . . corre).
ele

(= todo menino corre)

b. Não é verdade que (vale de *todo menino* que (. . . corre)).
ele

(14) a. Não é verdade que (. . . corre).

b. Vale de *todo menino* que (não é verdade que (. . . corre)).
ele

Pela distinção que acabamos de fazer entre "generalizar uma negação" e "negar uma generalização" explica-se a ambigüidade de nossa oração

(3) Todos os senadores não são favoráveis à nova lei.

Utilizando as maneiras de expressar-nos que nos serviram à construção de (13) e (14), (3) precisaria ser traduzida de duas maneiras diferentes:

(3') Não é verdade que (vale para todo senador que (ele é favorável à nova lei)). = (6) Nem todos os senadores são favoráveis à nova lei.

(3") Vale de todo senador que (não é verdade que (ele é favorável à nova lei)). = (4) Todos os senadores são desfavoráveis à nova lei.

Observando essas duas traduções fica evidente que os "ingredientes" que intervêm na formulação de ambas são exatamente os mesmos, variando somente a *ordem* em que foram usados. Os semanticistas costumam usar essas diferenças de ordem para ilustrar diferenças de escopo da negação, isto é, diferenças quanto aos conteúdos que a negação afeta, dada a maneira como se insere na construção do sentido global da oração. Quando interpretamos (3) como (6), a negação tem escopo mais amplo que a generalização; quando interpretamos (3) como (4), a generalização tem escopo mais amplo que a negação.

Na semântica das construções complexas, a noção de escopo, definida como "conjunto de conteúdos semânticos sobre os quais uma operação significativa atua", é extremamente importante.

É possível explicar como diferenças de escopo uma série de diferenças entre frases, como (15) e (16), que

repetem sob esse ponto de vista os exemplos (32) e (33) do primeiro capítulo:

(15) a. Todos os homens leram alguns livros.
b. Alguns livros foram lidos por todos os homens.

(16) a. Alguns ex-alunos têm visitado o professor aposentado.
b. O professor aposentado tem sido visitado por alguns ex-alunos.

ou como (17), onde as alternativas de escopo dizem respeito à interação da negação com o advérbio *necessariamente*:

(17) a. Os mudos não são surdos necessariamente.
b. Os mudos não são surdos, necessariamente.

Também é possível explicar pela noção de escopo a dupla interpretação de certas orações ambíguas:

(18) A luzinha se acende se acaba a gasolina ou há um defeito na parte elétrica.
a. A falta de gasolina ou um defeito na parte elétrica faz com que a luz se acenda.
b. A falta de gasolina faz com que a luz se acenda, exceto se houver um defeito na parte elétrica.

(19) Ele não trabalha como professor porque precisa de dinheiro.
a. Não trabalha como professor, e isso porque precisa de dinheiro.
b. Trabalha como professor, mas não é porque precisa de dinheiro.

Negação e unidades informativas

A noção de escopo ajuda-nos a compreender a negação como uma operação significativa que não afeta necessariamente todos os conteúdos da oração em que ocorre; munidos dessa noção, analisaremos a seguir o exemplo (20):

(20) Pedro não apresentou José a Maria.

(20) é um exemplo muito banal de oração negativa — não só porque não comporta nem coordenação de orações nem subordinação, mas também porque não lança mão de palavras de difícil interpretação como *todos*, *quase* ou *necessariamente*. Entretanto (20) exemplifica um fato bastante comum na interpretação das orações do português: o fato de que os conteúdos afetados pela negação são exatamente os mesmos que apresentamos como dotados de maior impacto informativo. Para esclarecer essa afirmação, comecemos por explicar o que entendemos por "impacto informativo".

As expressões que compõem orações usadas na comunicação efetiva não são igualmente importantes para dinamizar a comunicação entre os falantes. Algumas apresentam conteúdos que estavam presentes de antemão na mente dos interlocutores, independentemente do que se fala; outras são apresentadas ao ouvinte como veiculando informações novas, de que ele não dispunha antes que o locutor as transmitisse pela fala. A distinção entre "previamente conhecido" e "novo" é particularmente sensível em seqüências de discurso que se compõem de uma pergunta e uma resposta, como, por exemplo, este hipotético minidiálogo entre os locutores A e B:

(21) A: O que trouxe, desta vez, o carteiro?
B: Desta vez, o carteiro trouxe *uma encomenda.*

Fica claro que no contexto criado pela pergunta de A a idéia de que o carteiro trouxe algo é compartilhada pelos dois interlocutores; ao contrário, a idéia de que esse algo é uma encomenda aparece como nova — alguma coisa de

que se fica sabendo, precisamente por efeito do diálogo. Várias terminologias têm sido propostas para separar em (21)B o segmento que contém informações compartilhadas e o segmento que comporta informações novas. Aqui, chamaremos o primeiro de *tema* e o segundo de *rema*.

Na linguagem falada, a entoação, as pausas, a localização dos acentos de frase são pistas importantíssimas que nos ajudam a segmentar as orações em tema e rema; uma outra pista importante é a ordem das palavras. Assim, a resposta do diálogo (21) não poderia ser dada com ênfase em *o carteiro*: (22) é um diálogo estranho:

(22) A: O que trouxe, desta vez, o carteiro?
B: Desta vez, *o carteiro* trouxe uma encomenda.

Um teste geralmente confiável para distinguir o tema e o rema da oração consiste em formular paráfrases na forma de equações por meio da fórmula

(23) Quem .... foi...
o que .... era...
etc.

Assim, à pergunta

(24) A. O que trouxe, desta vez, o carteiro?

correspondem as respostas (24)B e (24)C:

(24) B. Desta vez, o carteiro trouxe *uma encomenda.*
C. Desta vez, o que o carteiro trouxe foi *uma encomenda.*

À pergunta (25)A correspondem as respostas (25)B e (25)C:

(25) A. O que fez, desta vez, o carteiro?
B. Desta vez, o carteiro *trouxe uma encomenda.*
C. Desta vez, o que o carteiro fez foi *trazer uma encomenda.*

As orações "equacionais" que acabamos de construir, (24)C e (25)C, separam de maneira inconfundível o tema e o rema da oração; tudo aquilo que vem antes do verbo de ligação pertence ao tema; tudo aquilo que vem depois pertence ao rema. Além disso, as paráfrases equacionais construídas com base no esquema (23) apresentam uma peculiaridade para a qual convém que o leitor atente: há sempre duas maneiras de negá-las, conforme a negação se aplique ao verbo de ligação ou ao verbo da oração relativa: daí a distinção entre

(26) Desta vez, o que o carteiro trouxe *não foi* uma encomenda.

e

(27) Desta vez, o que o carteiro *não trouxe* foi uma encomenda.

Temos aqui, indiscutivelmente, dois escopos diferentes da negação: ora ela atinge todo o rema (*uma encomenda*), ora ela afeta o verbo da oração subordinada, que está por sua vez fora do rema; nesse caso o verbo e a negação fazem parte do tema. As orações equacionais (26) e (27) correspondem, entretanto, a uma única oração (da língua escrita), a saber,

(28) Desta vez, o carteiro não trouxe uma encomenda.

Disso se conclui que (28) admite duas interpretações diferentes conforme o advérbio de negação que precede o verbo tem por escopo:

(a) o verbo *trouxe* e nada mais;
(b) todo o rema (*uma encomenda*).

Em português, não é possível negar qualquer "pedaço" do tema que não seja o verbo; e não é possível negar somente uma parte do rema, é sempre necessário negá-lo como um todo.

Ao cabo dessa discussão, podemos voltar à oração dada no início,

(20) Pedro não apresentou José a Maria.
com a suspeita fundada de que a negação deverá interpretar-se de várias maneiras, entre as quais:

(20) a. A pessoa a quem Pedro apresentou José não foi Maria.
b. A pessoa a quem Pedro não apresentou José foi Maria.
c. As pessoas que Pedro apresentou não foram José e Maria.
d. As pessoas que Pedro não apresentou foram José e Maria.

etc.

Em cada um desses casos, não é só o escopo da negação que muda; muda também o segmento que é reconhecido como remático, e a escolha do segmento remático repercute na escolha do segmento sobre o qual incide a negação.

Advérbio

Muitos problemas subsistem no tocante à negação, mesmo depois que o estudioso da língua lança mão da noção de escopo. Ao invés de prosseguirmos na análise desses problemas consideraremos outro fenômeno em que a noção de escopo contribui de alguma forma para a explicação dos dados. Trata-se da "modificação" da oração pelo advérbio, e da possibilidade que o advérbio oferece de retomar as orações vendo-as como expressões complexas não só em relação aos seus constituintes internos, mas também em relação ao próprio processo de sua produção, o que chamaremos aqui de *enunciação*.

Note-se a diferença entre (29) e (30):

(29) Somente João foi ao cinema.

(30) Felizmente João foi ao cinema.

No primeiro exemplo, *somente* incide sobre o conteúdo da oração, expressando "exclusão": exclui-se que qualquer outro indivíduo além de João tenha ido ao cinema. Em (30) o advérbio *felizmente* não incide sobre o conteúdo da oração, num suposto sentido de que "João foi ao cinema de modo feliz", mas expressa a opinião, a atitude daquele que fala (30) a propósito da ida de João ao cinema.

Os dois exemplos, embora superficialmente iguais, mostram que o estudo das expressões complexas não pode restringir-se aos constituintes explícitos das orações. Há elementos, como *felizmente* em (30), cujo escopo nos leva, por assim dizer, para fora da oração, apontando para a instância que produz o discurso. Nesse sentido se poderia dizer que (30) significa "eu estou feliz por poder informar que João foi ao cinema": nessa paráfrase, *felizmente* se transformou no adjetivo *feliz*, que predica o sujeito enunciador da frase (30).

Dados os diferentes escopos dos advérbios, podemos classificá-los em *advérbios de frase* (incidem sobre o conteúdo da oração; em termos da gramática de casos, introduzem circunstâncias relativas às "pequenas cenas" descritas pela oração) e *advérbios de enunciação* (não servem para tornar mais explícitas as "pequenas cenas", mas veiculam opiniões, atitudes que o locutor assume a respeito das mesmas, ou a respeito do fato de falar delas).

Um exemplo de advérbio de enunciação que se refere ao modo como o conteúdo falado deve ser tomado pelo interlocutor é *cá entre nós* em

(31) Cá entre nós, José é um chato.

A expressão *cá entre nós* refere-se ao processo de interlocução (não acrescenta uma circunstância de lugar a respeito de onde José é um chato). A informação veiculada pela oração é assim qualificada como uma informação confidencial, que não deve ser passada adiante.

Consideremos, por fim, um exemplo em que o advérbio é ambíguo quanto à sua classificação:

(32) Tristemente José morreu.

em que podemos ter dois significados:

(32) a. José morreu de maneira triste. (advérbio de frase);
b. Estou triste por informar que José morreu. (advérbio de enunciação).

Tanto no tocante à negação, quanto no tocante aos advérbios, a noção de escopo nos parece útil para buscar respostas a inúmeras perguntas que ficam em aberto. Esperamos ter convencido o leitor de que as respostas devem ser buscadas pelo aprofundamento da orientação geral deste capítulo: os aspectos problemáticos da negação e da incidência dos advérbios se esclarecem na medida em que enquadramos a oração em esquemas abstratos, que vão além da observação superficial das frases e apontam para o processo de produção das mesmas.

4

Oposições semânticas

Relações entre expressões

Nos capítulos anteriores, perguntamo-nos que significação corresponde de maneira regular a certas construções gramaticais. Isto deve ter causado surpresa, pois é tradicional apontar-se como amostra privilegiada da investigação semântica a descrição do sentido de palavras, tal como é feita nos mais diferentes tipos de dicionários, mas nunca o estudo do sentido das construções gramaticais.

Neste capítulo, voltar-nos-emos para temas semânticos mais tradicionais: trataremos, entre outras, de noções como a sinonímia, a antonímia, a hiponímia ou a duplicidade de sentido. Afastar-nos-emos, contudo, do tipo de tratamento que essas noções costumam receber: por um lado, procuraremos vincular essas noções, que dizem respeito a palavras, com outras como as de paráfrase, contradição, conseqüência e ambigüidade, que dizem respeito a frases completas; por outro lado, mostraremos que, além de descrever relações de sentido entre *palavras*, servem com freqüência para reconhecer relações de sentido entre *construções gramaticais* ou mesmo efeitos de sentido originados no contexto.

Sinonímia e paráfrase

Consideremos as seguintes orações:
(1) Pegue o pano e seque a louça.
(2) Pegue o pano e enxugue a louça.
(3) É difícil encontrar esse livro.
(4) Este livro é difícil de encontrar.
(5) Esta sala está cheia de fumaça.
(6) Abra a janela.

Intuitivamente, essas orações se reúnem aos pares: (1) + (2), (3) + (4), (5) + (6). O que nos autoriza, enquanto locutores, a efetuar esses agrupamentos é a intuição de que as orações de um mesmo par são — num sentido que teremos de esclarecer — equivalentes quanto ao seu significado: utilizadas num grande número de situações práticas, elas "dizem a mesma coisa". Essa relação tem sido chamada recentemente de *paráfrase*.

(1) e (2) são paráfrases porque empregam as palavras *sinônimas secar* e *enxugar*; (3) e (4) são paráfrases porque empregam as mesmas palavras e porque as construções sintáticas, embora diferentes, preservam as mesmas relações de participação dos objetos no processo descrito; (5) e (6) são paráfrases não porque as palavras significam a mesma coisa, ou porque a construção sintática seja semelhante, mas porque, na situação de uso, traduzem a mesma intenção do locutor e visam obter os mesmos resultados. Supomos com efeito que (5) será entendida como um pedido para abrir as janelas se for pronunciada numa sala irrespirável.

Sinonímia lexical

O leitor terá observado que reservamos o termo *sinonímia* para caracterizar pares de palavras como *secar* e

enxugar, e que falamos, a propósito das várias frases, em *paráfrase*. A sinonímia lexical — uma relação estabelecida entre palavras — aparece assim como um dos fatores possíveis pelos quais duas frases se revelam como paráfrases. Mas o que é sinonímia? Essa pergunta vem intrigando os estudiosos há séculos; há uma resposta apenas aparentemente simples, segundo a qual sinonímia é identidade de significação. Essa resposta precisou conviver sempre com um grande número de ressalvas: vamos considerar algumas.

(a) Para que duas palavras sejam sinônimas, não basta que tenham a mesma extensão.

Diz a lenda popular que, certa vez, o rei dos animais mandou cortar a cabeça de todos os bichos de boca grande. Nessa ocasião, perderam a vida o sapo, a rã, o hipopótamo e o jacaré. Se o rei dos animais tivesse mandado matar os bichos que passam parte do dia em terra firme, e parte do dia no charco, as vítimas seriam exatamente as mesmas; mas a expressão "bichos de boca grande" e a expressão "bichos que passam parte do dia em terra firme e parte do dia no charco" não são sinônimas. O exemplo mostra que, para que duas expressões sejam sinônimas, não basta que denotem o mesmo conjunto de objetos (pessoas, animais, coisas); exige-se, além do mais, que os denotem por alusão a uma mesma propriedade. Assim, mesmo que as moças mais bonitas do meu bairro fossem, por acaso, as filhas do gerente do Banco do Brasil, as duas expressões *as moças mais bonitas do meu bairro* e *as filhas do gerente do Banco do Brasil* não seriam sinônimas, da mesma forma que não o são *Via-Láctea* e *Caminho de São Tiago* (que se referem, entretanto, ao mesmo conjunto de constelações) nem *São Luís do Maranhão* e *a única cidade capital de Estado brasileiro que não foi fundada por portugueses*. Em todos esses exemplos a *referência* das duas expressões é idêntica, as duas

expressões são coextensivas (têm a mesma *extensão*, denotam os mesmos objetos), mas têm sentidos diferentes. Além de identidade de extensão, a sinonímia é identidade de sentido ou, como dizem também os semanticistas, *de intensão* (grafado com *s*). Mas o que se deve entender por identidade de sentido?

(b) Para que duas palavras sejam sinônimas é preciso que façam, em todos os seus empregos, a mesma contribuição ao sentido da frase.

Saber o sentido de uma frase é ser capaz, em circuntâncias determinadas, de dizer se ela é verdadeira ou falsa. Duas frases que têm o mesmo sentido, quando referidas ao mesmo conjunto de fatos, têm de ser ambas verdadeiras, ou ambas falsas. Entendendo que duas palavras são sinônimas quando contribuem da mesma maneira para o sentido global das orações em que intervêm, alguns autores desenvolveram um teste de sinonímia que pode ser enunciado como segue:

(c) Duas palavras são sinônimas sempre que podem ser substituídas no contexto de qualquer frase sem que a frase passe de falsa a verdadeira, ou vice-versa.

Em muitos casos, esse teste surte os efeitos desejados, ou seja, aponta-nos como sinônimas expressões que qualificaríamos como sinônimas consultando apenas nossas intuições de falantes, e declara não-sinônimas expressões entre as quais percebemos intuitivamente diferenças de sentido. Assim, *calvo* e *careca* alternam nas frases (7) e em inúmeras outras que se poderia imaginar sem alterar a verdade ou falsidade das mesmas, confirmando nossa impressão intuitiva de sinonímia:

(7) a. Todo ... sonha descer uma ladeira de bicicleta com os cabelos soltos ao vento.
b. Por razões genéticas, os homens ... são mais numerosos do que as mulheres ...

c. Para um homem ... o maior risco é o da insolação.

Ainda assim, é sempre possível encontrar contextos de frase em que o princípio (c) falha: são principalmente contextos em que se faz implicitamente alusão à forma da palavra, ou se atribuem crenças e conhecimentos a alguém, ou se relata indireta ou diretamente seu discurso. Podemos, nesse sentido, imaginar frases cuja verdade ou falsidade é afetada precisamente pelo uso das palavras *calvo* e *careca*, que intuitivamente haviam parecido sinônimas:

(8) a. O Argemiro não se irrita quando o chamam de calvo, mas não suporta ser chamado de careca.
b. O Argemiro não se irrita quando o chamam de calvo, mas não suporta ser chamado de calvo.

(9) a. A sílaba tônica de "calvo" é a segunda.
b. A sílaba tônica de "careca" é a segunda.

(10) a. A tia Felismina acha que Kojak é um calvo charmoso.
b. A tia Felismina acha que Kojak é um careca charmoso.
(A primeira oração poderia ser falsa se "calvo" não é uma palavra do vocabulário da tia Felismina.)

(d) A sinonímia de palavras depende do contexto em que são empregadas.

As observações que acabamos de fazer sobre o princípio (c) mostram que não é possível pensar a sinonímia de palavras fora do contexto em que são empregadas; dito de outra maneira, a sinonímia é um fenômeno gradual, e os diferentes contextos são mais ou menos exigentes quanto ao princípio (c). Num extremo, temos contextos como

(9), que envolvem o uso de aspas; trata-se de contextos extremamente exigentes, que obrigam a tratar como não sinônimas quaisquer palavras tradicionalmente apontadas como exemplos de "mesmo sentido": *oftalmologista* e *médico de vista*, *cloreto de sódio*, e *sal de cozinha*, *aguarraz* e *essência de terebentina*; num outro extremo, temos contextos como (7), em que a substituição nas condições do critério (c) é possível.

Essa é, talvez, a forma mais impressionante de dependência contextual da sinonímia, mas não é a única; nas línguas naturais, como o português (em oposição às linguagens artificiais da informática), palavras que são presumidamente sinônimas nunca ocorrem em combinações de palavras exatamente iguais: é o que se pode ver nestes exemplos:

(11) medo/temor
- a. morrer de medo / (?) morrer de temor;
- b. temor pânico / (?) medo pânico;
- c. Fulano de tal tem um medo que se pela. / Fulano de tal tem um temor que se pela.

(12) seco/enxuto
- a. Ela é o tipo da garota enxuta. / Ela é o tipo da garota seca.
- b. Ele é seco por dinheiro. / Ele é enxuto por dinheiro.
- c. Mandou-nos a resposta numa carta ao estilo dele: enxuta e amável. / Mandou-nos a resposta numa carta ao estilo dele: seca e amável.

Se, como sugeriram vários autores, a significação de uma palavra é o conjunto de contextos lingüísticos em que pode ocorrer, então é impossível encontrar dois "sinônimos perfeitos".

(c) Palavras presumivelmente sinônimas sofrem sempre algum tipo de especialização, de sentido ou de uso.

O que acabamos de dizer a respeito de contextos lingüísticos remete a uma outra ressalva necessária: presumivelmente equivalentes, as expressões sinônimas são, ainda assim, expressões entre as quais os locutores *escolhem*: a escolha é, no caso, uma "procura da palavra exata" (como na pena do escritor que corrige um texto já escrito), a mostrar que as duas expressões não são igualmente adequadas aos fins visados; essa escolha traduz freqüentemente a preocupação de evocar ou respeitar um determinado nível de fala, um determinado tipo de interação, ou mesmo um certo jargão profissional: o médico que, após examinar um paciente obviamente inculto, fala de câncer usando a palavra *carcinoma* ao invés de *ferida brava* ou simplesmente *câncer* está fazendo uma de três coisas, ou todas elas juntas: adota um nível de fala elevado, próprio de pessoas cultas; desenvolve um tipo de interação que coloca o interlocutor em situação de inferioridade e caracteriza-se como médico pelo uso do jargão típico de sua classe profissional.

Às vezes, a "busca da palavra certa" tem objetivos de precisão; por exemplo, porque duas palavras que seriam intercambiáveis em contextos informais assumem sentidos específicos em contextos técnicos. Assim, *roubo* aplica-se a crimes considerados mais graves pelo legislador do que *furto*; e, no vocabulário jurídico, *separação*, *desquite* e *divórcio* não são a mesma coisa.

Sinonimia estrutural

Dada a dificuldade de fornecer uma definição sempre satisfatória de sinonímia, compreende-se que muitos auto-

res, ao falar de paráfrase, prefiram propor exemplos como

(3) É difícil encontrar este livro.

(4) Este livro é difícil de encontrar.

ou seja, exemplos de paráfrases com fundamento estrutural. Infelizmente, a chamada "sinonímia estrutural" sofre de problemas iguais aos da "sinonímia lexical". Antes de passar a um comentário, retomemos da bibliografia lingüística mais recente alguns exemplos de construção que garantiriam uma relação de paráfrase entre frases completas:

(a) a relação voz ativa/voz passiva:
Pedro matou João. /João foi morto por Pedro.

(b) a construção de comparativo de igualdade:
Pedro é tão bom quanto José./José é tão bom quanto Pedro.

(c) a construção dos comparativos de superioridade e inferioridade, formuladas nos dois sentidos:
Pedro é mais esperto do que José./José é menos esperto do que Pedro.

(d) a construção com *ter*/a construção com *ser de*:
Pedro tem João como amigo./João é amigo de Pedro.

(e) construções nominalizadas/construções não-nominalizadas:
Primeiro o coral cantou o hino, depois a banda executou a marcha fúnebre./O canto do hino pelo coral foi seguido pela execução da marcha fúnebre pela banda.

(f) construções com *mesmo*:
Wladimir Zatopek corre 3 000 metros no mesmo tempo que o irmão do João./O irmão do João corre os 3 000 metros no mesmo tempo que Wladimir Zatopek.

A lista poderia ser consideravelmente ampliada.

Lembremo-nos apenas que são possíveis paráfrases ao mesmo tempo lexicais e estruturais, como

(g) O camelô vendeu-me este descascador de batatas que não funciona./Comprei do camelô este descascador de batatas que não funciona.

Como no caso da sinonímia lexical, a escolha entre duas frases sinônimas por razões estruturais nunca é completamente inocente. Assim, ao passar da voz ativa para a passiva, fica alterada a atribuição aos vários participantes dos papéis de *tema* e *rema* (veja-se o capítulo anterior a propósito dessas noções):

(13) Pedro matou João.

é uma frase a respeito de Pedro, ou a respeito do crime cometido por Pedro;

(14) João foi morto por Pedro.

é uma frase a respeito de João, ou a respeito do crime de que João foi vítima; (13) não tem praticamente chance de ocorrer numa história que narra a vida de João e na qual Pedro ainda não foi mencionado; com (14) acontece o inverso.

Alguns estudos de semântica recente têm mostrado que, embora veiculem o mesmo "conteúdo cognitivo",

(15) Pedro é mais esperto do que José.

e

(16) José é menos esperto do que Pedro.

são habitualmente empregadas para argumentar em sentidos contrários: (15) orienta o discurso no sentido da esperteza de Pedro; (16) orienta o discurso no sentido da inabilidade de José. (Ver Escalaridade e estrutura da língua.)

Talvez o melhor exemplo da precariedade da chamada "sinonímia estrutural" é o fato de que frases como (17) e (18) não nos soam contraditórias:

(17) Não foi o Zatopek que correu os 3 000 metros no mesmo tempo que o irmão de João; foi o

irmão de João que correu os 3 000 metros no mesmo tempo que o Zatopek.

(18) Não fui eu que comprei este descascador de batatas do camelô; foi ele que me vendeu.

(19) Não foi Napoleão que cometeu o mesmo erro que Hitler; foi Hitler que cometeu o mesmo erro que Napoleão.

Em todos esses casos, duas orações que seriam normalmente tomadas como paráfrases uma da outra são declaradas distintas pelo uso do *não*: assim, orienta-se o ouvinte na busca de oposições ao invés de insistir na identidade de valores.

A paráfrase: fenômeno lingüístico ou situacional?

Ao cabo dessas considerações, deveria ter ficado clara ao leitor uma ambigüidade que nos parece ser a característica mais marcante da paráfrase enquanto fenômeno lingüístico: ela tem um fundamento real em semelhanças de significação das palavras ou das construções gramaticais, mas essas semelhanças não são nunca completas; ao contrário, revelam-se bastante precárias a uma análise mais acurada, como aquela que o semanticista tem obrigação de fazer. Além disso, podem ser explicitamente negadas pelo falante (como nos exemplos (17) a (19)). Assim, o reconhecimento de uma relação de paráfrase corresponde sempre, em alguma medida, a um apagamento de diferenças que poderiam ser colocadas em relevo em outros contextos.

Ao examinar nossos exemplos de (1) a (6) é provável que o leitor tenha achado o par (5)-(6) diferente dos dois anteriores, pela ausência de um "fundamento lingüístico" óbvio na semelhança de sentido dessas orações.

Questionando a relação de sentido exemplificada em (1)-(2) e (3)-(4), a situação resulta invertida: tanto quanto (5) e (6), os exemplos anteriores dependem, para ser declarados sinônimos, de um juízo subjetivo que declara irrelevantes as diferenças existentes.

Não aprofundaremos aqui esta noção de paráfrase: o que dissemos deveria bastar como introdução aos escritos de Catherine Fuchs sobre o tema, e como resposta viável para as reações ambivalentes que a paráfrase tem provocado: a paráfrase é encarada ora como distorção ora como esclarecimento exato e pontual do sentido das expressões.

Conseqüência (acarretamento) e hiponímia

Consideremos agora outro conjunto de expressões:

(20) Um sargento da guarda rodoviária nos pediu os documentos do Fiat.

(21) Um policial nos pediu os documentos do carro.

(22) Mãe, quebrei o vidro de geléia.

(23) Mãe, o vidro de geléia quebrou.

É possível estabelecer relações de significação entre os pares desse conjunto. O falante que afirma (20) aceita necessariamente a verdade de (21), e o mesmo acontece com o par (22)-(23). Tal relação tem sido denominada de *acarretamento*. O acarretamento entre (20) e (21) resulta da relação existente entre "um sargento da guarda rodoviária" e "um policial"; e entre "Fiat" e "carro", relação esta que a semântica moderna denominou de *hiponímia*. Também entre (22) e (23) há acarretamento: note-se que quem aceita (22) como verdadeira não pode deixar de admitir (23); entretanto a criança que afirma (23), diferentemente daquela que afirma (22), consegue omitir sua participação no processo. O que fundamenta

a relação de acarretamento entre (22) e (23) é o fato de que foi utilizado num caso o esquema gramatical próprio dos verbos transitivos na *voz ativa* em que a identificação do *agente* é obrigatória; no outro caso foi utilizado o esquema da *voz média*, em que só é indispensável identificar o objeto afetado pela ação.

Para indicar a relação que intercorre entre "sargento da guarda rodoviária" e "policial", lançamos mão da noção de *hiponímia*. A relação hiponímia é aquela que intercorre entre expressões com sentido mais específico e expressões genéricas, por exemplo, entre *geladeira*, *liquidificador*, *batedeira de bolos*, *ferro elétrico* etc. e *eletrodoméstico*; é a relação que intercorre entre *pardal* e *passarinho*, e que verbalizamos dizendo que "todo pardal é um passarinho, mas nem todo passarinho é um pardal".

Não há por que não estender o conceito de hiponímia às construções complexas: a construção ativa exemplificada em (22), na medida em que é mais exata do que a construção média exemplificada em (23), é sua hipônima, o mesmo podendo-se dizer de (24) em relação a (25):

(24) A irritação de Pedro com a incompetência dos funcionários,

(25) A irritação de Pedro,

e de inúmeros outros casos.

A relação de hiponímia estrutura o vocabulário da língua em grandes quadros classificatórios, mais ou menos harmoniosos: os exemplos mais célebres vêm das ciências naturais, com suas classificações de animais e plantas: uma *onça* é um *felino* (e não um *ruminante*), portanto, um *mamífero* (e não um *réptil*), portanto, um *vertebrado* (e não um *crustáceo*), portanto, um *animal* (e não um *vegetal*).

A hiponímia afeta o discurso de várias maneiras: por exemplo, quando num discurso longo se sucedem diferentes alusões a um mesmo indivíduo, é normal que essas alusões se façam por meio de expressões cada vez mais abrangentes:

(26) Na entrada da garagem havia um *Volkswagen sedan* estacionado, encostado numa caminhonete. Pela posição do *carro*, Pedro percebeu que não conseguiria entrar em casa. Pôs-se então a buzinar furiosamente, esperando que o proprietário do *veículo* aparecesse.

Menos fáceis de compreender — e às vezes francamente incompreensíveis — são os discursos em que as diferentes alusões a um mesmo objeto se fazem usando palavras na ordem inversa: do mais geral e abrangente ao mais específico:

(27) Na entrada da garagem havia um *veículo* estacionado, encostado numa caminhonete. Pela posição do *carro*, Pedro percebeu que não conseguiria entrar em casa. Pôs-se então a buzinar furiosamente, esperando que o proprietário do *Volkswagen sedan* aparecesse.

Não discutiremos aqui a dupla origem — situacional ou lingüística — das relações de acarretamento que estabelecemos entre orações: seria repetir em grande parte nossa discussão da sinonímia. Seja lingüístico ou situacional o seu fundamento, a relação de conseqüência entre orações é extremamente importante: compreender corretamente uma frase é, numa situação dada, saber enumerar todas as suas conseqüências. Assim, de alguém que afirmasse

(28) Visitei o capelão militar da região de São Paulo há alguns dias.

e negasse simultaneamente ter estado com um padre, poderíamos pensar com razão que mentiu, fez um jogo de palavras ou simplesmente não conhece a língua.

Contradição e antonímia

Para completar o quadro das relações de sentido que se podem estabelecer entre orações, falta considerarmos o caso em que duas orações têm sentidos incompatíveis com a mesma situação.

Pode-se obter essa situação de incompatibilidade aproximando uma oração e a negação de sua sinônima; ou uma oração e a negação de uma de suas conseqüências:

(29) Pedro é bígamo, mas não é verdade que ele tenha duas mulheres.

(30) São Pedro era mais velho do que São João, mas não era verdade que tivesse nascido antes.

Mas o caso mais óbvio de aproximação de afirmativas incompatíveis é aquele em que se predicam de um mesmo indivíduo propriedades opostas:

(31) Rocky foi um cachorro manso mas foi muito feroz.

(32) Napoleão gostava de *pizza* mas detestava *pizza*.

(33) *Ovubo* é o nome que o célebre escultor chinês baiano Pong Ping deu a uma escultura oval em forma de cubo.

A relação que fundamenta essas incompatibilidades é a de *antonímia*, um termo que tem sido aplicado a pares de palavras como branco/preto; colorido/incolor; bom/ /mau; chegar/partir; abrir/fechar; nascer/morrer; todo/ /nenhum.

É difícil explicitar o que há de comum em todos esses exemplos. Nesse sentido, há muito pouco de aproveitável em definições tradicionais, como aquelas que falam em "contrário" ou "oposto". De fato, *nascer* e *morrer* não exprimem exatamente ações contrárias: representam antes os dois momentos extremos do processo de viver: quem nasce "começa a viver" e quem morre "termina de viver"

— uma oposição que consiste em captar momentos diferentes de um mesmo processo, e que se reproduz em *partir* e *chegar* (quem parte começa a viajar; quem chega termina de viajar), *adoecer/sarar, adormecer/acordar* etc.

Com *abrir* e *fechar* a relação é diferente: não se trata, evidentemente, de momentos necessários de um mesmo processo (pode-se abrir um buraco na parede que, nunca mais será fechado), mas de processos diferentes pela direção e pelos resultados que implicam; é o mesmo caso de *aproximar-se* e *afastar-se, subir* e *descer* etc.

O caso de *dar* e *receber* é ainda diferente: reportando-nos à interpretação das orações como indicando "pequenas cenas" (ver Sujeito superficial e casos profundos), *dar* e *receber*, lembre-se, poderiam ser tomados como descrição de uma mesma cena, enxergada de pontos de vista diferentes; a oposição se estabelece agora entre os papéis correspondentes ao sujeito gramatical: o sujeito de *dar* é fonte, o de *receber* é destinatário; esses dois papéis são aparentemente incompatíveis nas cenas em questão.

Ao invés de tentar sistematizar a noção de antonímia, que nos levaria a uma discussão intrincada, formulamos aqui duas observações:

a) raramente duas expressões em oposição estão no mesmo pé de igualdade no uso corrente. Os lingüistas costumam dizer que uma das duas é *marcada*, e isto corresponde não só a uma maneira peculiar de interagir com a negação, mas também ao fato de que dois termos do par antonímico não se utilizam com os mesmos fins nas perguntas, e não se prestam igualmente a retomadas anafóricas:

(34) O Sr. seu pai está bom?

(35) O Sr. seu pai está mau?

(36) Gostaria de saber a que distância fica a base aérea.

(37) Gostaria de saber a que proximidade fica a base aérea.

(38) Estamos pesquisando quão fortemente repercutiu nas vendas de nosso produto o lançamento de um produto concorrente.

(39) Estamos pesquisando quão fracamente repercutiu nas vendas de nosso produto o lançamento de um produto concorrente.

(40) O hospital fica a 500 metros do local do acidente. Para cobrir essa distância, a ambulância levou uma hora.

(41) O hospital fica a 500 metros do local do acidente. Para cobrir essa proximidade a ambulância levou uma hora.

b) a segunda observação é que não há combinação de informações contraditórias que não resista a um esforço motivado de interpretação. Como figuras de linguagem, ou interpretadas jocosamente, expressões como *o bígamo que não tem duas mulheres*, *São João mais novo mas nascido antes que São Pedro*, *o cachorro manso bravo* ou *a escultura cúbica oval* são expressões aceitáveis da linguagem corrente e acabam veiculando informações como qualquer combinação de palavras não-contraditória. Aqui, aparentemente, a contradição literal, que poderia ser pensada como um defeito irremediável, capaz de inutilizar a expressão para qualquer fim comunicativo, é, ao contrário, utilizada como indício do caráter insólito da informação que se pretende passar e assim desempenha um papel positivo nas estratégias verbais do locutor.

Não fosse assim, e nós não estaríamos nos interrogando até hoje sobre o sentido que se quis dar no passado a frases como *o tudo que é nada*, *o particular é universal*, e outras.

Duplicidade de sentido: ambigüidade e polissemia

Os exemplos

(42) O cadáver foi encontrado perto do banco.

(43) Pedro pediu a José para sair.

(44) José não consegue passar perto de um cinema.

compartilham a propriedade de ser *ambíguos*, ou seja, de admitir interpretações ("leituras" diriam alguns) alternativas. No caso de (42) a alternativa é que o encontro do cadáver pode ter-se dado nas proximidades de uma *casa bancária* ou de um *assento de jardim*. Aqui, a raiz da ambigüidade é, evidentemente, a palavra *banco*, cuja pronúncia (e escrita) corresponde a dois sentidos completamente independentes. *Banco* — estabelecimento bancário — e *banco* — assento para mais de uma pessoa, com ou sem encosto, sem braços, típico dos jardins — são duas palavras *homônimas* e a homonímia é freqüentemente a raiz de uma ambigüidade ou dupla leitura de frases. No caso de (42), além de homonímia (uma só forma e dois sentidos completamente diferentes), há também *homografia* (uma só forma escrita). Em muitos outros casos, as palavras homônimas não são homógrafas, isto é, escrevem-se de maneiras diferentes. É o caso dos dois exemplos (45) e (46), que não apresentam nenhuma ambigüidade em sua forma escrita, mas que se confundem na fala:

(45) Margarida Mendes trouxe os ovos na sexta.

(46) Margarida Mendes trouxe os ovos na cesta.

A ambigüidade de (43) nada tem a ver com palavras de duplo sentido: cada uma das expressões que a compõem é *unívoca*, isto é, dotada de um sentido único; o que cria uma dupla possibilidade de interpretação é a estrutura sintática: ao passo que o verbo *pediu* tem um sujeito expresso, o infinitivo *sair* não tem sujeito explícito, e pode ser referido tanto a Pedro quanto a José; (43)

poderia utilizar-se assim para relatar qualquer uma das duas histórias seguintes:

(47) Pedro pediu permissão a José para sair um pouco.

(48) Pedro pediu a José que fizesse o favor de sair um pouco.

Ambigüidades como a que acabamos de exemplificar (freqüentemente são chamadas de "ambigüidades estruturais") combinam-se às vezes com ambigüidades de natureza homonímica. É o que acontece em

(49) Uma louca leva o guarda.

a) uma pessoa fora do juízo (= louca) carrega (= leva) o guarda.

b) uma multidão (= leva) louca o vigia (= guarda, verbo guardar).

A ambigüidade que pretendemos ilustrar por meio de (44) não diz respeito ao que (44) significa literalmente, mas às informações que o locutor poderia verossimilmente transmitir por seu intermédio sobre a maneira como José se relaciona com a oitava arte: ao ouvir (44), parece-nos pouco provável que o falante competente de língua portuguesa se contente com o sentido literal (José é fisicamente incapaz de passar perto de um cinema). Sabendo, por hipótese, que José goza plenamente de sua capacidade física de caminhar, o ouvinte tentará extrair de (44) um sentido não-literal. Aqui, uma grande gama de alternativas não-literais são possíveis, mas algumas parecem privilegiadas:

(50) que José é fanático por cinema, e não consegue passar perto de um sem entrar e assistir ao filme em cartaz;

(51) que José tem horror a cinemas (não consegue nem chegar perto de um) e que a simples perspectiva de passar perto de um o leva a mudar de calçada.

Jogando com indícios de vária ordem (que vão desde a entoação até as indicações do contexto lingüístico e extralingüístico e a linguagem gestual), quem ouve (44) orienta-se em direções alternativas. Trata-se de um tipo particular de ambigüidade — cujo fundamento é situacional, não lingüístico; nem por isso se trata de um caso secundário ou negligenciável. Voltaremos ao assunto ao tratarmos, mais adiante, das chamadas *implicaturas conversacionais*.

Pressuposição

Outra relação de sentido que se pode estabelecer entre orações é exemplificada por

(52) Pedro parou de bater na mulher.

(53) Pedro batia na mulher, no passado.

(54) Pedro não bate na mulher, atualmente.

As orações (53) e (54) verbalizam separadamente duas informações que aparecem juntas em (52) e representam duas situações que são referidas respectivamente a um momento passado (Pedro batia na mulher) e ao presente (Pedro não bate na mulher). Não há dúvida de que esse desdobramento se vincula à presença em (52) do verbo *parar de*: é, por assim dizer, o verbo *parar de*, utilizado como auxiliar junto a *bater*, que nos leva a distinguir um momento passado em que Pedro batia na mulher e um momento presente em que isso não ocorre.

As expressões que, como o verbo *parar de*, nos levam a reconhecer duas informações distintas numa mesma oração são relativamente comuns; a identificação dessas expressões havia levado, já no período clássico, à teoria chamada dos "exponíveis", uma teoria segundo a qual certos enunciados contêm dois ou mais "juízos", que uma

análise cuidadosa pode "expor", ou seja, explicitar. Alguns exemplos típicos de análise segundo a teoria dos exponíveis são:

(55) João continua a trabalhar no banco.
a. João trabalhava no banco (num tempo anterior à enunciação).
b. João trabalha no banco (no tempo da enunciação).

(56) A empregada só lavou a louça.
a. A empregada lavou a louça.
b. A empregada não fez os outros serviços (por exemplo, enxugar a louça, varrer a cozinha etc.).

(57) Maria sabe que Pedro costuma malufar.
a. Pedro costuma malufar.
b. É do conhecimento de Maria que Pedro costuma malufar.

(58) Pedro certificou-se de que havia fechado a porta.
a. Pedro havia fechado a porta.
b. Pedro procurou comprovar se/que havia fechado a porta.

Numa linha de reflexão que lembra a da teoria dos exponíveis, Frege observou no fim do século passado que, ao indagar sobre a verdade ou falsidade de orações como

(59) O descobridor da forma elíptica da órbita dos planetas morreu na miséria.

admitimos implicitamente que existiu alguém que descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas; desse modo, Frege aponta de maneira bastante precisa para a necessidade de desdobrar (59) em dois enunciados distintos:

(59) a. Existiu alguém que descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas.
b. Esse alguém morreu na miséria.

Além de apontar para o desdobramento, Frege fez na mesma ocasião duas considerações fundamentais: em primeiro lugar, observou que quando negamos (59), a negação afeta o conteúdo (59)*b*, mas não o conteúdo (59)*a*; em segundo lugar, considerando que a negação afeta os conteúdos declarados de uma sentença e que (59)*a* não é afetado pela negação de (59), concluiu que (59)*a* não é um conteúdo declarado. Ao conteúdo (59)*a* de (59) Frege aplicou então o nome de "pressuposição" iniciando uma linha de discussão que constitui hoje um dos principais capítulos da semântica lógica e lingüística.

Seguindo o uso de Frege, diremos aqui que uma frase pressupõe outra toda vez que tanto a verdade como a falsidade da primeira acarretam a verdade da segunda. É o que acontece com (52) em relação a (53) ((52) não pode ser verdadeira nem falsa se (53) não for verdadeira); é também o que ocorre com (55), (56) e (57) em relação aos conteúdos *a*. Não se pense, contudo, que há pressuposição toda vez que o conteúdo de uma oração se desdobra: (60) não pressupõe (60)*a*:

(60) Pedro certificou-se de que havia fechado a porta.

(60) a. Pedro havia fechado a porta.

embora (60) acarrete a verdade de (60)*a*; a negação de (60) é perfeitamente compatível com uma situação em que (60) *a* fosse falsa, como mostra

(61) Pedro não se certificou de que havia fechado a porta, e de fato a porta tinha ficado aberta.

Comparando (60) com os outros exemplos discutidos, podemos distinguir com precisão acarretamento e pressuposição: uma oração acarreta outra quando a verdade da primeira torna inescapável a verdade da segunda; é o caso de (60). Uma oração pressupõe outra quando *a verdade e a falsidade* da primeira tornam inescapável a verdade da segunda. É o caso de (52), (55), (57) e (59). Em resu-

mo, é possível definir pressuposição como um tipo complexo de acarretamento, mas a pressuposição é uma relação intrinsecamente "mais forte", já que, por assim dizer, resiste aos efeitos da negação.

Acrescentemos que a informação pressuposta "resiste" não só à negação, mas ainda à interrogação. Por exemplo, na interrogativa correspondente a (52),

(62) Pedro parou de bater na mulher?

fica preservada a informação pressuposta de que Pedro batia na mulher no passado. Outra característica da pressuposição é que, ao encadear orações que veiculam conteúdos pressupostos, o nexo expresso pelos conectivos não afeta nunca estes conteúdos. Tome-se por exemplo

(63) João continua a trabalhar no banco porque não encontrou outro serviço.

(63) pressupõe que João trabalhou no banco no passado; e declara (ou "põe", termo que se fixou para indicar as informações declaradas, passíveis de negação, em oposição às informações pressupostas) que João trabalha no banco atualmente. O fato de que ele não encontrou outro serviço é motivo para ele trabalhar no banco atualmente, para continuar bancário, não para ele ter trabalhado como bancário no passado.

É interessante ter em mente que as "expressões introdutoras de pressuposição" constituem um leque bastante variado, em que se incluem não só *advérbios* (até, só etc.), *conjunções* (as conjunções concessivas e temporais na maioria de seus empregos) e um bom número de verbos que regem subordinadas substantivas (esquecer que, adivinhar que, saber que, conseguir que etc.), mas ainda verdadeiras construções gramaticais: uma dessas construções é a chamada "construção de realce": *é que*. Damos a seguir algumas frases em que essas palavras introduzem pressuposições:

(64) Pedro gosta principalmente de mulheres.
Pressuposto: Pedro gosta de mulheres.

(65) Pedro adivinhou que a mulher o traía.
Pressuposto: A mulher de Pedro o traía.

(66) Santos Dumont é que inventou o avião.
Pressuposto: alguém inventou o avião.

O fenômeno da pressuposição — que tratamos até aqui como um tipo de relação entre orações — tem sido objeto, em lingüística, de dois outros enfoques, que convém apontar. No primeiro desses enfoques, a informação pressuposta é uma *condição de emprego* da oração que a pressupõe. Isso quer dizer que o falante não estaria usando apropriadamente nossa oração (52) se não confiasse na verdade de (53) e se não tivesse razões para acreditar que (53) é de algum modo conhecida por seu interlocutor, previamente ao uso de (52). No segundo enfoque, a pressuposição aparece como um *mecanismo de atuação no discurso*. Valendo-se do fato de que as informações pressupostas não são passíveis de negação, o locutor as utiliza para impor ao seu interlocutor um quadro em que o discurso precisará desenvolver-se; nesse enfoque, a pressuposição funciona como um recurso que o locutor, ativamente, emprega para estabelecer limites à conversação e para direcioná-la. Num sentido quase jurídico do termo, como fala Ducrot, a pressuposição é então utilizada para configurar, por trás das informações passadas, uma "verdade" que não pode ser contestada sob pena de bloquear o diálogo. Assim, o locutor que pronuncia (52) pode, de fato, estar impingindo a seu interlocutor que Pedro bateu na mulher no passado; e uma refutação por parte do interlocutor equivale a transformar a conversação em polêmica. Os três enfoques que enumeramos iluminam aspectos diferentes do fenômeno da pressuposição. Esses enfoques têm sido motivo de debate acirrado, que não reproduziremos aqui.

5

Significação e contexto

O papel da situação

Neste capítulo abordaremos alguns fenômenos típicos da linguagem humana em cujo tratamento a situação de enunciação precisa ser tomada não como um fator entre outros, mas como o ponto de partida para a análise. Para usar a expressão feliz do lingüista francês Émile Benveniste, esses fenômenos demonstram a "presença do homem na língua"; eles têm sido historicamente importantes para colocar em cheque várias visões limitadoras da significação.

Dêixis

A madame de vestido turquesa está desde as duas horas da tarde na loja de confecções, onde foi comprar um chapéu. São cinco horas e a balconista já buscou todos os chapéus disponíveis no estoque, cujas caixas arredondadas se espalham agora pelo balcão e pelas prateleiras. Nesse momento, a madame aponta para um dos primeiros chapéus que a balconista mostrou, o único verde de bolinhas roxas, e diz:

(1) Fico com este.

Seria pouco natural que ela se expressasse de outra maneira ao fechar a compra; todavia, se dissesse esta frase enorme e pouco natural

(2) Às cinco horas da tarde, a madame de vestido turquesa fica com o chapéu verde de bolinhas roxas.

estaria expressando a mesma escolha, e dando o mesmo desfecho à transação. Em algum sentido, as frases (1) e (2) veiculam a "mesma informação".

Como explicar que essas duas frases sejam capazes de expressar a mesma informação se são tão claramente diferentes? De onde vem que (1), composta de apenas três palavras, consegue transmitir aquilo que (2) precisa expressar à custa de várias circunlocuções? A explicação reside, obviamente, no fato de que, em (1), o locutor (no caso, a madame de vestido turquesa) fornece as indicações que seriam expressas por "às cinco horas da tarde", "a madame de vestido turquesa" e "o chapéu verde de bolinhas roxas" aproveitando algumas características óbvias da situação de fala: cinco horas da tarde nada mais é do que o momento de fala: o tempo presente do verbo, em um dos seus empregos mais típicos significa precisamente que a ação expressa pelo verbo é simultânea ao momento de fala, daí que a indicação de tempo é omitida em (1) sem prejuízos de informação; a madame de vestido turquesa é nada menos que a pessoa que fala (1); a primeira pessoa singular do verbo serve precisamente para fazer referência ao indivíduo que, na situação de fala, assume o papel de locutor; por isso descrições como "a madame de vestido turquesa" podem ser dispensadas. Por fim, o demonstrativo *este* ocorre em (1) com seu papel habitual, de identificar algum objeto presente na situação de fala, como um

dos assuntos a que a interação verbal diz respeito. Acompanhado verossimilmente por um gesto de apontar, o uso de *este* permite identificar o chapéu verde de bolinhas roxas e dispensa uma descrição detalhada do mesmo.

O presente do indicativo, a primeira e segunda pessoas do verbo, os demonstrativos são algumas expressões que permitem identificar pessoas, coisas, momentos e lugares a partir da situação de fala. Tomando o demonstrativo (por exemplo, *este*) como o exemplo mais típico desse fenômeno, e lembrando que o demonstrativo vem idealmente acompanhado de um gesto de apontar, a lingüística moderna chama essas palavras e formas de *dêiticos*, ou seja, "palavras que mostram". Os dêiticos realizam o fenômeno da *dêixis* (ato de mostrar), que é um dos traços que distinguem a linguagem humana das linguagens artificiais, tornando-a apropriada para o uso em situações correntes.

Os demonstrativos, pronomes pessoais e tempos de verbo são os exemplos sempre lembrados de palavras dêiticas, mas a dêixis é um fenômeno bem mais comum do que o uso dessas formas; elementos dêiticos podem virtualmente compor-se com elementos não-dêiticos na significação de palavras e explicar "antonímias" que de outro modo seriam incompreensíveis. Uma dessas antonímias é entre *ir* e *vir*: as orações

(3) Pedro veio de São Paulo para o Recife.

e

(4) Pedro foi de São Paulo para o Recife.

não se distinguem pela natureza da ação referida, que consiste em ambos os casos numa mesma viagem, num mesmo deslocamento geográfico, e, sim, pelo fato de que o locutor se situa, num caso, no ponto de chegada e, no outro caso, fora dele. Analogamente, um mesmo movimento de massas populacionais será descrito, conforme o ponto de vista, como imigração ou emigração; e se jogarmos um pouco

com os limites do que se deva entender por "nós" ou "nosso país" uma mesma campanha militar de ocupação poderá ser apresentada como uma invasão ou uma defesa (a história da guerra do Paraguai é contada de outro modo . . . do outro lado da fronteira).

O fenômeno da dêixis dá às línguas naturais uma grande agilidade; em contrapartida, as frases que comportam elementos dêiticos só podem ser interpretadas em estreita conexão com situações determinadas, e a informação que transmitem varia com o variar dessas situações. Por exemplo, a frase (5),

(5) Eu estou preocupado com os resultados da política econômica ditada pelo FMI.

que comporta dois dêiticos — o pronome de primeira pessoa e o presente do indicativo do verbo — traz uma informação diferente conforme o momento em que é pronunciada e a pessoa que a pronuncia; poderia ser verdadeira hoje na boca de um cidadão do terceiro mundo e falsa na do cantor Michael Jackson; poderia ser verdadeira se pronunciada por Michael Jackson hoje, e falsa se pronunciada por ele daqui a dez anos. Essa peculiaridade da interpretação dos dêiticos permite ilustrar de maneira particularmente instrutiva a distinção já mencionada entre *sentido* e *referência*: seria absurdo afirmar que orações como (1) e (5) têm um sentido diferente conforme a pessoa que as pronuncia e o momento em que são pronunciadas: o sentido mantém-se constante com o variar das circunstâncias, mas a referência muda: fica fácil desmanchar a aparente contradição dessas duas afirmações se entendermos que o sentido dos dêiticos é um certo "roteiro para encontrar referentes": que, por exemplo, o pronome *eu* tem por sentido um roteiro que consiste em identificar o falante; ou que *agora* tem por sentido um roteiro que consiste em identificar o momento de fala etc.

Uma outra distinção que importa lembrar em correlação com os dêiticos é entre *expressão-tipo* e *expressão-ocorrência*: considere-se o diálogo

(6) A: *Eu* torço pelo Corinthians desde o tempo em que *eu* tinha 7 anos.
B: *Eu* não, meu time é o Fortaleza.

É claro que o pronome *eu* foi utilizado três vezes nesse diálogo e que cada um desses usos é de algum modo diferente dos demais (pela posição que ocupa na linha do tempo, pelo fato de fazer parte de frases diferentes, pelo fato de ser utilizado por locutores diferentes etc.); mas é claro também que se trata, todas as vezes, do mesmo pronome. Se acentuarmos as diferenças, teremos que encarar cada aparecimento do pronome *eu* na fala como um episódio à parte; é o ponto de vista que trata *eu* como ocorrência; acentuando as semelhanças, chegaremos a unificar todos os aparecimentos do pronome *eu* em todos os contextos reais ou imaginários, atestados ou não; e este é o ponto de vista que trata *eu* como tipo. A distinção entre tipo e ocorrência vale, é claro, para frases completas. Por exemplo, a célebre frase

(7) Tudo para os amigos, para os indiferentes a lei.

não é a mesma ocorrência na fala de Getúlio Vargas e do atual ministro da Justiça, mas é uma atualização, uma ocorrência do mesmo tipo na fala de ambos. Dispondo da oposição entre tipo e ocorrência, podemos caracterizar as frases que contêm dêiticos como frases cuja interpretação muda de uma ocorrência para outra. Ao contrário, a interpretação pode aplicar-se sem riscos ao tipo no caso de frases que não contêm dêiticos; por exemplo,

(8) A cortiça flutua sobre a água.

terá sempre a mesma interpretação, por mais variadas que sejam as circunstâncias (incluindo locutor, tempo, lugar etc.) em que é pronunciada.

Encerremos estas observações distinguindo o fenômeno da dêixis do fenômeno da *anáfora*. Esta consiste em identificar objetos, pessoas, momentos, lugares e ações por alguma referência a outros objetos, pessoas etc., anteriormente mencionados no discurso. Um caso típico de anáfora é

(9) Há *um homem* no portão. *Ele* quer usar o telefone.

Embora haja, em Português, uma grande maioria de expressões que se usam ora como anafóricas ora como dêiticas, os dois fenômenos são distintos em princípio; e em certos casos os dêiticos e os anafóricos distribuem-se em séries paralelas mas não intercambiáveis, tais como

(10)	ontem anteontem	hoje	amanhã
	na véspera na antevéspera	naquele dia	no dia seguinte

Atos de fala

Ao contar, na seção anterior, o episódio da madame de vestido turquesa que compra um chapéu, vimos que ela termina a transação de compra com a frase

(1) Fico com este.

frase essa que nós comparamos com

(2) "Às cinco horas da tarde, a madame de vestido turquesa fica com o chapéu verde de bolinhas roxas."

observando que em algum sentido elas contêm a "mesma informação", apesar de suas diferenças óbvias de forma. Interessa-nos agora mostrar que as duas frases são diferentes também sob um outro aspecto, o que nos permite escla-

recer outro importante fenômeno das línguas naturais que será o tema desta seção. Por que (2) soa tão pouco natural no contexto do diálogo entre a vendedora e a madame que compra o chapéu, em oposição a (1)? A razão é que (1) é uma fórmula consagrada pelo uso para alguém que faz compras expressar sua escolha e encerrar desse modo a transação; (2) seria, ao contrário, a fórmula apropriada para alguém que observa a transação de fora e quer relatar qual foi seu desfecho. A oposição entre (1) e (2) não se resume, em suma, num grau maior ou menor de concisão, ou na presença/ausência de dêiticos, apontada na seção anterior; envolve também uma diferença entre *relatar* verbalmente uma ação e *realizá-la*: em condições normais, pronunciar (1) faz com que seja completada uma etapa indispensável da compra. De fato, (1) dá por encerrada a fase da escolha e negociação propriamente dita e introduz o compromisso de pagar e levar a mercadoria. Em condições normais, (2) não serve para esse propósito; é uma frase apropriada para contar, narrar a transação comercial, não para realizá-la.

A oposição entre realizar verbalmente uma determinada ação e narrá-la é central na linguagem humana e pode ser exemplificada em inúmeros empregos:

(a) Há certos jogos em que os jogadores pronunciam fórmulas que criam situações peculiares, implicando determinadas jogadas e criando exigências específicas no contexto do jogo: pense-se na expressão *bati* do jogo de buraco — o jogador que a pronuncia em determinadas condições interrompe a compra e troca de cartas para uma contagem dos pontos que será seguida de uma nova distribuição de cartas: usar a fórmula verbal é indispensável, porque o jogador poderia "estar batido" na mão sem que o jogo se interrompesse por isso. Pense-se também em expressões como *xeque, xeque mate* do xadrez, *passo* do dominó e *pago para ver* do pôquer: todas elas, pelo fato de serem

pronunciadas a uma certa altura do jogo, alteram de imediato o encaminhamento do próprio jogo; em algum sentido, servem para os jogadores se informarem reciprocamente sobre o que ocorre, mas seria incorreto pensar que são pronunciadas com uma função primordial de relato.

(b) Há uma infinidade de situações "cerimoniais" cujo desenrolar-se é pontilhado por verbalizações de tipo específico. As sessões de um conselho começam normalmente pelo fato de o presidente pronunciar a frase ritual "Declaro aberta a sessão", e encerram-se pelo fato de ele dizer a outra frase ritual: "Está encerrada a sessão"; todo casamento passa pelo ato de pronunciar uma fórmula com a qual a autoridade civil ou religiosa ou os próprios noivos instauram a nova condição destes; todo julgamento encerra-se por uma sentença que, pelo próprio fato de ser pronunciada pela autoridade, faz do acusado um criminoso ou o exime de qualquer suspeita. Seria inadequado supor que nesses casos o locutor *descreve* o início e o fim da sessão, *relata* o futuro estado civil dos noivos, ou *narra* algo a respeito do acusado: em todos os casos, a fala *cria* a nova situação, não se limita a constatá-la.

(c) Mais significativamente, há nas línguas expressões que, flexionadas em determinadas formas gramaticais, e utilizadas em situações apropriadas, servem para realizar verbalmente as ações correspondentes. É o caso de um grande número de verbos que, empregados na primeira pessoa do presente do indicativo, realizam a ação que descreveriam se fossem usados em outras pessoas, tempos ou modos. Comparem-se a esse respeito:

(11) eu juro / eu jurei
eu prometo / eu prometi
eu perdoo / eu perdoei
eu declaro que. . . / eu declarei que. . .

O falante que diz "eu juro que x", "eu prometo que x" etc. pratica, ao dizer, o ato de jurar, prometer etc., mas,

ao dizer "eu jurei" ou "eu prometi", está descrevendo um juramento, uma promessa feita anteriormente.

Há também uma série de frases-feitas que, construídas com determinadas características gramaticais, são capazes de realizar uma ação pelo fato de serem pronunciadas, mas que deixam de sê-lo se forem introduzidas modificações de forma. Comparem-se a esse respeito:

(12) isto é um assalto / isto é um crime à mão armada
o senhor está preso, esteje preso / o senhor encontra-se preso / encontre-se preso.
em que posso ser-lhe útil? / em que posso ser-lhe aproveitável?

Há sempre um quê de frase-feita nas expressões que utilizamos para realizar ações verbalmente; mas a investigação desses aspectos, no que toca ao português, não passou até hoje de um nível exemplificativo e incipiente.

Para distinguir usos em que as expressões levam à realização de ações e usos em que fazem simples relatos, o filósofo inglês Austin, o primeiro a chamar a atenção para a distinção na década de 50, utilizou as palavras *performativo* e *constativo*. Importa reconhecer que os enunciados constativos e os enunciados performativos não podem ser descritos da mesma maneira. No caso de um enunciado de relato, constativo na terminologia de Austin, cabe sempre perguntar se ele é fiel aos fatos, se é uma descrição adequada dos fatos; no limite, trata-se sempre de decidir se ele nos dá ou não uma versão correta do que ocorre(u); mas a propósito da frase do político que, ainda candidato, declara

(13) Prometo levar o saneamento básico até a última casa da periferia!

a pergunta se ela nos dá uma versão correta dos fatos não procede; cabem, certamente, outras perguntas: por exemplo, se ele está fazendo a promessa com o firme propósito de cumpri-la; se o cargo a que se candidatou lhe dará condições de cumprir a promessa, e outras; caberá, no futuro, perguntar se a promessa foi cumprida... Nenhuma dessas perguntas visa a confirmar a fidelidade de um relato; todas, ao contrário, investigam a procedência de uma ação — no caso, a ação de assumir um determinado compromisso com o público eleitor.

À luz do que acabamos de dizer, todas as orações que seguem,

(14) O Paulinho pagou os 5 000 que me deve?

(15) O Paulinho pagou os 5 000 que me devia.

(16) Suponhamos que o Paulinho me pagasse os 5 000 que me deve.

(17) Ó Paulinho, vai pagando os 5 000 que você me deve.

podem ser encaradas como realizando ações diferentes com respeito a um mesmo conteúdo: pagamento de 5 000 ao locutor, por Paulinho: (16) apresenta o pagamento como uma conjectura — o locutor evoca o pagamento mas não se compromete com sua verdade; (15) não só evoca o pagamento, mas expressa o compromisso do falante com a verdade do fato; (14) cria para o ouvinte a obrigação de esclarecer se o pagamento se deu ou não; e (17) cria para o próprio Paulinho a obrigação de tornar verdadeiro o compromisso em questão. A noção de "ação verbal" contribui assim para esclarecer uma categoria gramatical pouco compreendida: a de modo do verbo.

Encerramos estas considerações acerca de "ações verbais" lembrando que sua descoberta afetou profundamente a reflexão semântica. Essa descoberta ocorreu numa época em que os exemplos mais tipicamente tratados eram como

(18) O gato está sobre o capacho e a rainha da Inglaterra está em Londres.

Em oposição a essa frase "constativa", frases performativas como

(19) Eu vos declaro marido e mulher.

haviam existido desde sempre, e haviam estado sempre à disposição do semanticista que se dispusesse a estudá-las. Ora, a análise semântica de orações constativas resulta naturalmente num estudo de suas condições de verdade, orientado pelo princípio de que conhecer a significação de uma oração é conhecer as condições em que ela seria verdadeira, ou, por outra, saber se é verdadeira ou não em cada uma das situações a que poderíamos referi-la. A semântica das condições de verdade explica a significação de frases como (18) enumerando condições que precisam realizar-se para que sejam verdadeiras (por exemplo, dirá que (18) é verdadeira se se realizarem simultaneamente no mundo real duas condições: que o gato esteja sobre o capacho e que a rainha da Inglaterra esteja em Londres). Ora, para dar conta da significação das frases performativas, a noção de condições de verdade não basta. Um enunciado performativo pode ser coroado de sucesso ou não, pode surtir ou não os efeitos desejados, mas não é em si mesmo nem verdadeiro nem falso: não é uma informação: é um ingrediente de um ato que se realiza verbalmente. A descoberta de performativos típicos, como (19), estimulou a buscar novos exemplos, e resultou numa nova concepção das funções da linguagem; no limite, as frases de relato passaram a ser vistas como o instrumento de um tipo entre outros de ação verbal: a de informar, em oposição às ações de batizar, declarar casados, condenar, perguntar, expressar desejos etc.

É a fenômenos desse tipo que os lingüistas se referem pela expressão "atos de fala"; a noção de "ato de fala" é mais ampla que a noção de performativo; ela dá um alcance ainda maior à idéia de que a linguagem permite praticar ações.

Implicaturas

Nesta seção, consideraremos casos em que uma expressão, sem prejuízo de seu sentido, assume uma significação real resultante da exploração de informações e expectativas dos interlocutores engajados numa conversação específica. O sentido que a expressão assume então no contexto de fala pouco ou nada tem a ver com o sentido que se poderia esperar para a expressão a partir das palavras que a compõem.

Conforme temos feito até aqui, caracterizaremos o fenômeno a partir de um exemplo, mas, neste caso, para dar um exemplo não basta citar uma ou mais frases: dada a importância das circunstâncias em que se dá a conversação para a obtenção da significação real, precisaremos reconstituir a situação de enunciação associada às frases de maneira detalhada.

O exemplo é um episódio de que participou um dos autores deste livro. Ele e um colega passam uma semana viajando, a serviço. Acabam de retornar e estão na casa do colega, que é pai de uma menina de aproximadamente 4 anos. Os três — pai, colega e criança — estão brincando no quarto da menina e esta, em dado momento, dirige-se ao pai dizendo:

— Papai, eu queria brincar com você!

Evidentemente, a frase usada pela menina significa que o colega que está participando da brincadeira é demais, naquele momento. Para bom entendedor, a menina está convidando o intruso a retirar-se.

Como foi possível essa frase significar o que significou?

Os interlocutores sabem e esperam de toda a frase, pronunciada numa situação, que ela, de algum modo, apresente informações relevantes em sua interpretação literal.

Não sendo o caso, resta ao ouvinte descobrir na frase do falante um outro sentido que não o literal.

No exemplo em questão, como a menina estava brincando com o pai, insistir no desejo de brincar com ele (destinatário da frase) é uma maneira de excluir o outro (ouvinte da frase e destinatário efetivo da significação real), que entenderá tal frase como significando, para ele, um convite para se retirar.

Nosso exemplo e outros semelhantes têm sido analisados a partir das idéias do filósofo Paul Grice a propósito dos fenômenos conversacionais. Para o autor, a conversação obedece a uma lógica própria, expressa por "regras conversacionais" com as quais os falantes se comprometem ao engajar-se numa conversação. Tais regras — do tipo "seja breve", "seja relevante", ou "seja tão informativo quanto exigido no momento da conversação" etc. — podem ser exploradas pelos falantes não as cumprindo, para produzir sentidos diferentes daqueles que as expressões teriam. O sentido assim produzido tem sido denominado de *implicatura.*

Como implicaturas podem ser analisados muitos dos implícitos, circunstancial ou convencionalmente veiculados na conversação e muitas figuras de linguagem.

O uso do termo *implicatura* se deve ao desejo de distinguir dois fenômenos lingüísticos: o fenômeno do acarretamento, em que se infere uma expressão com base apenas no sentido literal de outra; e o fenômeno de que tratamos nesta seção, em que a derivação de um sentido passa obrigatoriamente pelo contexto conversacional.

A especificidade das implicaturas ressalta numa comparação com as pressuposições. Em algum sentido, tanto as implicaturas como as pressuposições não fazem parte do conteúdo assertado; entretanto, entre as pressuposições e as implicaturas, há uma importante diferença, que é preciso salientar: no processo pelo qual somos levados a compreender um conteúdo pressuposto, a estrutura lingüística nos oferece *todos* os elementos que nos permitem derivá-lo. Quando, ao contrário, derivamos implicaturas do discurso do nosso interlocutor ou as impingimos a quem nos ouve, esse suporte na construção lingüística é muito menos óbvio; por exemplo, quando a criança convida o intruso a se retirar, através da frase "Papai, eu queria brincar com você!", não é em expressões lingüísticas particulares que devemos procurar a justificativa dessa interpretação, mas no fato de que a interpretação corrente da frase é inapropriada para a situação, o que funciona como um convite para a reinterpretação. Podemos tornar ainda mais nítida essa distinção entre pressuposições e implicaturas dizendo que as primeiras fazem parte do sentido literal das frases, ao passo que as segundas são estranhas a ele.

Para alguns autores, que defendem o caráter intencional da significação, a interpretação das frases que nos são dirigidas mobiliza sempre habilidades semelhantes às que leva às implicaturas: interpretar é, sempre, entre outras coisas, reconhecer uma intenção; as intenções é que contam, e o sentido literal só existe como uma hipótese, ou melhor, como uma construção *a posteriori* do analista.

Fenômenos escalares

As gramáticas tradicionais definem as preposições como "palavras de relação por excelência" no âmbito da oração simples, e não hesitam em classificar entre as preposições a palavra *até*, apontando-a aliás como um bom exemplo daquela classe de palavras. Não há dúvida de que a palavra *até* desempenha o papel de relator, típico das preposições, em alguns de seus empregos, por exemplo, em

(20) A BR 101 vai de Porto Alegre até Belém do Pará.

(aqui, *até* introduz *Belém do Pará*, um dos complementos de *vai*; marca a relação de regência entre o verbo e o sintagma nominal). A função relator de *até* é menos fácil de admitir em

(21) Até ontem o feijão custava 2 500 cruzeiros o quilo.

Nesta segunda frase, o *até* não é exigido pelo verbo *custar* (note-se que poderíamos dizer "Ainda ontem..." ou simplesmente "Ontem..."); e certamente não é de relator a função de *até* em

(22) Até o governador compareceu ao enterro do bombeiro que morreu em serviço.

Que não se pode atribuir um papel de relator a este último *até* fica óbvio quando se constata que ele precede o sujeito da oração, precisamente o único termo integrante que não pode vir nunca preposicionado. Como explicar esse último uso de *até*? Que análise lhe é apropriada? Foi, aparentemente, ao colocar-se problemas desse tipo que autores como Oswald Ducrot e Carlos Vogt depararam com alguns processos lingüísticos que obrigam a tomadas de posição fundamentais sobre linguagem, originando uma linha de reflexão hoje conhecida como "semântica argumentativa". Nos próximos parágrafos, vamos refazer uma parte desse percurso.

Operadores argumentativos

O uso apropriado de (22) exige condições peculiares. É normal, quando se emprega (22), que o enterro em questão tenha contado com a presença de um certo número de autoridades, além do governador; é normal também que o governador fosse a mais alta autoridade presente, ou aquela cujo comparecimento era o menos esperado; mas estaríamos cometendo uma simplificação abusiva se nos limitássemos a dizer que *até* expressa surpresa: espera-se de uma boa teoria lingüística que impressões como a de surpresa fiquem de algum modo explicadas, e a explicação da semântica argumentativa é *grosso modo* a que segue:

I. Frases como (22) são habitualmente pronunciadas como parte de um discurso em que o locutor tenta persuadir seus ouvintes de uma tese qualquer. Aqui, a tese poderia ser "que as autoridades prestigiam o heroísmo dos humildes" ou ainda "que as autoridades não perdem oportunidades para desperdiçar em iniciativas demagógicas o tempo que deveriam reservar ao trato da coisa pública" ou mesmo "que a morte do bombeiro repercutiu profundamente na opinião pública", para citar algumas alternativas mais verossímeis. Em resumo: (22) entra no discurso para apoiar uma tese — não necessariamente explicitada. É um argumento para essa tese.

II. O locutor dispõe de outros argumentos para apoiar essa tese. Verossimilmente esses argumentos seriam expressos aqui por frases que informam sobre a presença no enterro de vários populares, de pessoas salvas pelo bombeiro-herói, de oficiais do corpo de bombeiros, de secretários de estado, do prefeito da cidade etc.

III. Mas o argumento expresso por (22) é dentre todos os disponíveis aquele que dá à tese defendida pelo locutor o apoio mais forte. Em outras palavras, não basta observar que há uma classe de argumentos a favor da tese defendida pelo locutor; além do mais, esses argumentos se organizam segundo uma hierarquia, ou, para usar o próprio termo da semântica argumentativa, segundo uma *escala*, fácil de visualizar em representações como (23):

(23) "As autoridades fizeram demagogia com a morte do bombeiro."

↑ i. O governador esteve presente ao enterro.
ii. O prefeito esteve presente ao enterro.
iii. Os vereadores do bairro estiveram presentes ao enterro.
iv. etc.

O papel específico de *até* em (22) é apontar que o resto da oração verbaliza um argumento que, numa hierarquia admitida pelo locutor e em relação à conclusão visada, tem posição elevada.

Ao tentar explicar esse uso de *até* precisamos esquecer as classificações morfossintáticas tradicionais e fixar nossa atenção nas condições de uso; e isso mostrou que há interesse em contar com categorias descritivas que dizem respeito menos à sintaxe ou ao conteúdo objetivo das frases, e mais ao seu possível uso na interação dos locutores. Classe argumentativa, força argumentativa, escala etc. são noções novas na análise semântica: até onde vai seu interesse?

Escalaridade e estrutura da língua

É claro que as noções acima enumeradas teriam pequeno interesse se servissem apenas para esclarecer um dos usos da palavra *até*; mas o número de fenômenos em que a noção de escala se revela envolvida é amplo, a mostrar que é preciso reservar à escalaridade um lugar de relevo na descrição sistemática da língua: vale a pena mencionar aqui alguns desses fenômenos.

I. A negação que corresponde a *até* é *nem mesmo* (*nem sequer*), única forma de negar que situa o conteúdo da oração numa classe argumentativa; mas a negação *nem mesmo* afeta a escala argumentativa como um todo, no sentido de que cria uma outra escala, cujos argumentos aparecem com orientação invertida, em apoio à conclusão contrária daquela que é introduzida por *até mesmo*. Veja-se o efeito dessa inversão em (24):

(24)

"As autoridades fazem demagogia com a morte do bombeiro."

área de *até* ↑
i. O governador esteve presente ao enterro.
ii. O prefeito esteve presente ao enterro.
iii. Os vereadores do bairro estiveram presentes ao enterro.
iv. Quatro gatos pingados estiveram presentes ao enterro.
↓ área de *nem mesmo*

"As autoridades não fazem demagogia com a morte do bombeiro."

II. Muitas conjunções coordenativas (como *mas*, *pois*, *já que*) e algumas subordinativas (como *embora*) parecem especialmente apropriadas à tarefa de explicitar uma relação entre argumentos e conclusões, ou seja, a explicitar a inclusão ou exclusão de um possível argumento na classe argumentativa de uma determinada conclusão. Veja-se, por exemplo, o emprego de *mas* ilustrado em

(25) Houve muito debate em torno da questão dos bóias-frias, mas nenhuma medida concreta foi efetivada.

O *mas* explicita que a existência de debates sobre a questão dos bóias-frias não deve ser tomada como argumento para

a efetivação de medidas concretas. O *mas* serve, assim, para desviar o ouvinte de uma conclusão mais ou menos esperada, alterando desse modo a orientação argumentativa que o locutor imprime à interação verbal de que participa.

III. A noção de escala argumentativa explica certas escolhas, à primeira vista não-motivadas, que fazemos entre as diferentes maneiras de construir as frases comparativas; com certeza,

(26) Pedro é tão alto quanto André.

(27) André é tão alto quanto Pedro.

(28) Pedro é tão baixo quanto André.

(29) André é tão baixo quanto Pedro.

exprimem o mesmo conteúdo objetivo; mas imagine-se que, conhecendo André e sabendo que ele tem altura suficiente para realizar uma determinada tarefa (por exemplo: pôr a mala em cima do guarda-roupa), a única oração que permite argumentar pela aptidão de Pedro para a mesma tarefa é (26).

IV. Encerrando nossa resenha de fenômenos para cuja descrição a noção de escala argumentativa se revela operante, mencionaremos ainda a interação com as chamadas "expressões de polaridade negativa". Há um fato curioso a ser observado nas orações (30) e (31):

(30) Uma pessoa a mais na classe não traz o menor inconveniente.

(31) Todos imaginavam que Pedro ia rebater as acusações, mas ao ser desafiado por seus adversários não abriu a boca.

A ausência do advérbio *não* resultaria numa interpretação literal (uma pessoa a mais na classe é o mal menor; Pedro abriu a boca, quem sabe em sinal de surpresa etc.). Mas a presença da negação em (30) e (31) provoca uma espécie de "interpretação hiperbólica" (Uma pessoa a mais

na classe não traz *nenhum* inconveniente; Pedro não esboçou *nenhuma* reação). Só se explica a hipérbole recorrendo à hipótese de que (30) e (31) contêm a negação do argumento mais fraco de uma escala argumentativa:

Uma pessoa a mais na classe é um problema

↑

i. Uma pessoa a mais na classe é um inconveniente sério.

ii. Uma pessoa a mais na classe é um inconveniente não desprezível.

iii. Uma pessoa a mais na classe é o menor dos inconvenientes.

Se até mesmo o argumento mais fraco pode ser excluído, então podem ser excluídos todos os demais; por conseguinte, "não traz o menor inconveniente" não significa "traz um inconveniente médio ou grave", mas, sim, "não traz inconveniente nenhum".

O recurso às noções da semântica argumentativa enseja uma explicação para fatos diante dos quais as classificações tradicionais ou mesmo algumas análises semânticas mais cuidadosas se revelam insuficientes. Mas é claro que recorrendo à semântica argumentativa, somos obrigados a encarar a linguagem humana de um modo peculiar: as línguas historicamente conhecidas são como são porque, no âmbito de uma dada comunidade lingüística, servem a propósitos de envolvimento e pressão: a linguagem em última análise, é um instrumento não informativo mas político.

6

Conclusão

Prometemos no primeiro capítulo que este livro mostraria tentativas de resolução de problemas semânticos que representaram momentos de enriquecimento da disciplina.

A diversidade das propostas consideradas nos capítulos que compõem o livro ilustra a dispersão da disciplina semântica em seus desenvolvimentos recentes. Essa dispersão revela diferentes concepções do campo que a semântica deve abranger, da metodologia a empregar na análise e até mesmo diferentes concepções de linguagem.

Nossa expectativa é que o leitor, após este primeiro contato com a área, tenha não só uma visão abrangente dos fatos de que as várias correntes semânticas têm tratado, mas também tenha condições para, no aprofundamento de seus estudos, situar as leituras que venha a fazer dentro das várias correntes semânticas, verificando que elegem fatos de língua diferentes como "modelares", "exemplares", e vêem diferentemente os mesmos fatos.

Diferentes compromissos teóricos estabelecem diferentes exigências na forma de fazer ciência. Em nosso caso específico, as correntes que consideram o papel do usuário

e a situação de enunciação, alcançando maior amplitude de fenômenos em seu atual estágio, têm feito análises mais intuitivas, menos rigorosas e com menor poder de previsão. As análises semânticas mais estritas, delimitando os fenômenos abarcados, atingiram maior rigor em suas explicações, mostrando a possibilidade de calcular as propriedades semânticas de expressões complexas a partir das características semânticas de seus componentes. Se conseguem explicações originais para fenômenos antes mal compreendidos, como a quantificação, deixam de lado problemas tão importantes quanto a linguagem figurada e a derivação de sentidos não-literais.

Parece-nos que o radicalismo de qualquer das duas posições é tão ingênuo quanto o seria pensar que não se produz conhecimento na poesia, ou que inexiste criatividade nas ciências exatas.

Em conclusão, o que esperamos ter salientado, é a impossibilidade de ler uns e outros sem se aperceber de seus diferentes pontos de partida e, portanto, de seus diferentes compromissos.

7

Vocabulário crítico

Ambigüidade: duplicidade de sentido, quer seja de razão lexical ou estrutural ("Pedro beijou sua mulher e José fez o mesmo" é ambígua, já que José poderia ter beijado sua própria mulher ou a mulher de Pedro).

Anáfora: processo de interpretação pelo qual uma expressão deriva seu sentido do texto que precede (Em "Pedro embebedou-se e José não fez por menos", há anáfora entre *embebedou-se* e *fez por menos*).

Anafórico: toda expressão em cuja interpretação se lança mão da anáfora.

Antonímia: incompatibilidade de sentido (p. ex., entre *colorido* e *incolor*).

Argumento: toda expressão nominal que preenche uma das lacunas de um *Predicado-3*. (Em "Algum elefante visitou Bagdá", *algum elefante* e *Bagdá* são argumentos do predicado "...visitar...".)

Ato de fala: enunciação de frases, encarada não do ponto de vista dos conteúdos destas últimas, mas do tipo de ações que o locutor pratica. (*Ordenar* a evacuação do prédio e *relatar* a evacuação do prédio são dois atos de fala diferentes, a propósito do mesmo conteúdo.)

Cenas: na orientação da gramática de casos, o conteúdo veiculado por uma oração completa, no qual se articulam um processo e um certo número de participantes com papéis apropriados para o processo.

Compreensão: termo da lógica clássica para indicar as determinações indispensáveis de uma idéia (a idéia de mamífero é uma das determinações indispensáveis da idéia de gato). Nesse contexto, compreensão opunha-se a extensão: conjunto de objetos que a idéia subsume.

Condições de Verdade: as condições que precisam ser satisfeitas na realidade para que uma oração possa ser considerada verdadeira. Determinar as condições de verdade de uma oração é o mesmo que determinar o seu sentido ou sua *Intenção*.

Contradição: toda afirmação que transgride o princípio segundo o qual uma mesma oração não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa. (Numa análise estrita, "Pedro é vesgo mas não é vesgo" é uma contradição.)

Constativo: V. *Performativo*.

Dêixis: processo pelo qual se determina o referente de uma expressão a partir de elementos da situação extralingüística em que a expressão é atualizada. (Os pronomes *eu* e *tu* remetem por dêixis ao falante e ao ouvinte.)

Escala Argumentativa: hierarquia entre enunciados que apóiam uma conclusão, estabelecida com base numa avaliação pelo falante da força desse apoio.

Escopo: intuitivamente, o conjunto de conteúdos que uma operação semântica afeta. (A generalização expressa por "todos" em "Nem todos aderiram" inclui-se no escopo da negação expressa por "nem".)

Estrutura Semântica: o conjunto de elementos e relações relevantes para determinar o sentido de uma expressão ou oração, em contraste com sua estrutura gramatical visível. (Na estrutura semântica de "Pedro parou de fumar", a semântica moderna distingue a informação assertada de que Pedro não fuma hoje e a informação pressuposta de que ele fumava no passado.)

Expressão Quantificacional: toda expressão sintaticamente apropriada para funcionar como argumento de um *Predicado-3*, e que comporta um "quantificador", como *todo, qualquer, cada, algum* etc.

Expressão Referencial: V. *Termo Singular*.

Extensão: O conjunto de objetos da realidade extralingüística a que uma expressão faz referência.

Hiponímia: relação de sentido que se estabelece entre um termo específico e um termo mais abrangente (*gato* é hipônimo de *felino* e *felino* é hipônimo de *mamífero*).

Homografia: identidade de grafia (*vela*, candeia, e *vela* de navio são homógrafos; *cesta* e *sexta* são homônimos não-homógrafos).

Homonímia: identidade de forma de duas palavras (*H. Lexical*) ou de duas construções (*H. Estrutural*) cujos sentidos são distintos (ex. de palavras homônimas: *manga*, de vestuário, e *manga*, fruta; exemplo de construções homônimas: *o medo dos inimigos*, isto é, o medo que nós temos dos inimigos, e *o medo dos inimigos*, ou seja, o medo que os inimigos têm de nós).

Implicatura: sentido derivado, que se atribui a um enunciado a partir da constatação de que seu sentido literal seria irrelevante na situação (ex.: a afirmação "O Geraldo é o filho do patrão" pode significar "O Geraldo não tem função nenhuma, o Geraldo não faz nada e nem precisa", em resposta à pergunta "Qual a função do Geraldo na firma?").

Intensão: os conhecimentos lingüísticos a respeito de uma expressão que nos permitem determinar sua extensão quando a expressão é utilizada em circunstâncias determinadas. (A intensão de *ontem* não é uma data fixa, e, sim, um roteiro que nos leva a localizar uma data exata, recuando de um dia em relação ao momento de fala.)

Juízo: na lógica e gramática clássicas, o conteúdo expresso por uma oração, resultado de se estabelecer uma relação de compatibilidade entre duas idéias.

Leitura: cada uma das interpretações de uma oração que apresenta *ambigüidade*.

Metalinguagem: língua utilizada para falar de outra língua (a língua de que se fala recebe o nome de linguagem-objeto). (Na afirmação de que "J'en ai marre" significa que estou farto, utiliza-se o português como metalinguagem para falar do francês, linguagem-objeto).

Ocorrência: cada uma das realizações materiais de uma forma lingüística (ex.: na frase "Houve tentativas de conciliação de parte a parte", há duas ocorrências da preposição *de* e duas ocorrências do substantivo *parte*). À ocorrência opõe-se o tipo, que é a forma lingüística considerada independentemente de suas realizações concretas.

Papel de Participação: cada uma das formas genéricas de participação (ator, instrumento etc.) que os indivíduos designados pelos sintagmas nominais associados ao verbo desempenham no processo que ele indica. Ao longo deste livro, "papel de participação" foi tomado como sinônimo de "caso".

Paráfrase: equivalência de sentido, que os locutores estabelecem entre orações diferentes. (Para os locutores que estejam dispostos a desconsiderar o caráter mais ou menos formal da expressão, "Pedro faleceu", "Pedro morreu" e "Pedro bateu as botas" são paráfrases umas das outras.)

Pensamento: na tradição fregeana, o sentido de uma oração completa. Confrontado com a realidade, o pensamento revela-se verdadeiro ou falso (p. ex., o pensamento de que Bruxelas é a capital da Comunidade Européia é verdadeiro).

Performativo:
1. *Verbo* —: verbo cujo uso na primeira pessoa e num tempo presente resulta num enunciado performativo.
2. *Enunciado* —: enunciado cuja utilização em condições contextuais apropriadas vale por um ato do locutor. Aos enunciados performativos opõem-se os enunciados *constativos*, cuja função é de mero relato. ("Juro dizer a verdade", pronunciado em condições sérias, é um enunciado performativo; "O réu jurou dizer a verdade" é um enunciado constativo).

Predicado: 1. na tradição gramatical, o segmento da oração que se opõe ao sujeito e se distingue dele por conter um verbo; 2. na lógica clássica, uma das duas idéias que são colocadas em confronto no juízo, à qual se subordina como menos abrangente a idéia expressa pelo sujeito; 3. na semântica que remonta a Frege, estrutura oracional com lacunas que indicam a possibilidade de preenchimentos alternativos.

Pressuposição: conteúdo implícito, sistematicamente associado ao sentido de uma oração, tal que a oração só pode ser verdadeira ou falsa se o conteúdo em questão for reconhecido como verdadeiro. ("Pedro parou de fumar" veicula a pressuposição de que Pedro fumava no passado; de fato, "Pedro parou de fumar" não seria nem verdadeira nem falsa se Pedro nunca fumou.)

Realismo: orientação filosófica, relativa ao problema do conhecimento, segundo a qual o objeto de conhecimento é uma realidade objetiva, independente do sujeito que a conhece. Opõe-se ao relativismo, que nega essa objetividade.

Relativismo: V. *Realismo*.

Rema: V. *Tema*.

Sinonímia: identidade de sentido que os locutores reconhecem entre duas palavras (e.g., *enxugar* e *secar*) ou entre duas construções (e.g., as orações transitivas na voz ativa e as orações passivas correspondentes).

Tema: segmento da oração em que se alude a dados pretensamente conhecidos do interlocutor. O tema opõe-se ao rema, que veicula informações "novas". (Supondo que a frase "Fleming descobriu a penicilina" apareça no discurso como resposta a "Quem descobriu a penicilina?", seu tema será "descobriu a penicilina", seu rema será "Fleming".)

Termo Singular: toda expressão que permite fazer referência a um objeto extralingüístico sem possibilidade de equívoco. Sinônimo: "expressão referencial". ("João Batista Figueiredo", "o atual presidente do Brasil", "o autor de *O Guarani*" são termos singulares; "presidente do Brasil", "autor de *Princípios de semântica*" e "raiz quadrada de dois" não são.)

Tipo: V. *Ocorrência*.

Valor de Verdade: circunstância de um enunciado ser verdadeiro ou falso. (Há dois valores de verdade: o verdadeiro e o falso.)

8

Bibliografia comentada

ALLWOOD; ANDERSSON; DAHL. *Logics in Linguistics*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1977.

Fornece uma exposição clara de noções lógicas que apresentam interesse para o lingüista, entre elas a de quantificador, vista de passagem em nosso capítulo 2, e a de escopo, central em nosso capítulo 3.

ARNAULD & LANCELOT. *Grammaire générale et raisonnée*. Republications Paulet, 1969.

É o texto paradigmático da gramática tradicional, cujo projeto é analisar a frase e seus constituintes à luz da lógica clássica. Mais conhecido como *Grammaire de Port-Royal*, esse texto é o ponto de referência obrigatório de toda uma tradição na qual a frase é encarada como o veículo das três operações do pensamento: conceber idéias, formular juízos e encadear raciocínios. No domínio da língua portuguesa, o autor mais interessante que se inscreve nessa tradição é Jerônimo Soares Barbosa, autor de uma *Gramática filosófica* (1822) que é ainda hoje um ótimo exemplo de sensibilidade e cuidado na formulação dos fatos da língua.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo, Nacional, 1976.

Todos os ensaios da quinta seção desse livro, significativamente intitulada "O homem na língua", dão realce a categorias gramaticais que remetem de maneira crucial à situação de fala. São por isso importantes para quem queira ir além das informações de nosso capítulo 5 no tocante à importância do contexto para a significação. Chamamos a atenção particularmente para os ensaios de número 20 (A natureza dos pronomes) e 23 (Os verbos delocutivos), importantes para a compreensão dos fenômenos da dêixis e da performatividade, respectivamente. Sobre o tema da dêixis aconselhamos, também, a leitura de: BAR-HILLEL, Y. Expressões indiciais. In: DASCAL, Marcelo, org. *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas, Ed. do Autor. v. IV, p. 51-88; quanto à questão dos performativos e dos atos de fala, os textos básicos continuam sendo: AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. New York, Oxford Univ. Press, 1965, e SEARLE, J. R. *Speech acts*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1969.

DUCROT, O. *Dizer-não dizer, princípios de semântica lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1977.

É o texto através do qual um bom número de lingüistas brasileiros se iniciaram no estudo da pressuposição. O autor historia a noção de pressuposição e avalia maneiras alternativas de conceituá-la; para tanto, desenvolve um quadro teórico em que uma das questões fundamentais é a relação entre sentido literal e sentidos implícitos. No mesmo quadro teórico, aplicando sua análise ao português, Carlos Vogt escreveu *O intervalo semântico* (São Paulo, Ática, 1977).

FILLMORE, C. Em favor do caso. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na lingüística moderna: o léxico.* Rio, Francisco Alves, 1977, p. 275-365.
Fillmore é o autor mais importante da chamada "gramática de casos", e este é o texto mais representativo daquela orientação. Assimilando em parte as exigências de rigor próprias da lingüística gerativa na década de 60, Fillmore elabora aqui a noção de caso semântico. Intuitivamente, seus "casos" coincidem com os "papéis de participação" descritos em nosso capítulo 2.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem.* Trad. e sel. de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix, 1978.
Da obra de Frege, centrada em temas de filosofia da matemática, esta antologia seleciona ensaios relevantes para o estudo da significação. Recomendamos a leitura dos ensaios I e III (Função e conceito, Sobre conceito e objeto), em que se elabora, a partir da noção matemática de função, o conceito de predicado que expusemos no capítulo 2 deste livro. O ensaio II (Sobre sentido e referência) é indispensável à reflexão sobre sentido e referência, e ao estudo dos implícitos das línguas naturais; nele se identifica a pressuposição.

FUCHS, C. *La paraphrase.* Paris, P.U.F., 1982.
Baseamos neste texto, um dos mais ricos sobre o assunto, a discussão de nosso capítulo 4 sobre paráfrase.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo, org. *Fundamentos metodológicos da lingüística.* Campinas, Ed. do Autor. v. IV, p. 81-103.
Elabora-se neste texto o quadro que permitiu formular a noção de implicatura. Desse quadro faz parte a tese de que a conversação é uma atividade cooperativa, na qual os interlocutores se empenham obedecendo a regras, ou "máximas", que teriam o efeito de otimizar a comunicação. O mecanismo pelo qual a transgressão dessas "máximas" dá origem a implicaturas conversacionais é elaborado em DASCAL, Marcelo. Relevância conversacional. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística.* Campinas, Ed. do Autor. v. IV, p. 105-31.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. *Novos horizontes em lingüística.* São Paulo, Cultrix, 1976. p. 134-60.
Para Halliday, a língua é como é por causa das funções a que se presta. Uma dessas funções é a de representar a experiência, e a oração permite representar a experiência na medida em que descreve "cenas" em que se desenrola um processo envolvendo participantes. Leitura aconselhável, não só para aprofundar um dos temas do nosso capítulo 2, mas ainda para uma tomada de consciência mais rica das funções da linguagem. O texto discute a "função textual", para a qual são relevantes as noções de *tema* e *rema* do capítulo 3 deste livro.

KEMPSON, R. M. *Teoria semântica.* Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
Excelente texto de introdução à semântica, claro e equilibrado, cuja leitura integral recomendamos. Completa a leitura do nosso 3.º capítulo pela atenção que dedica a casos de ambigüidade que se explicam como diferenças de escopo (ver particularmente o parágrafo 9.3., Negação interna e externa). Ler-se-ão com proveito também os capítulos 5 e 6, cujo assunto coincide com o do nosso capítulo 4.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica.* São Paulo, Nacional, 1979.

O livro é uma introdução de caráter geral às disciplinas lingüísticas, com capítulos de metodologia, e capítulos dedicados aos conceitos descritivos da fonologia e gramática. O leitor interessado em temas de semântica lerá com proveito os capítulos 9 (Semântica, princípios gerais) e 10 (Estrutura semântica), este último centrado na questão das relações semânticas entre expressões.


Impresso por
W. Roth & Cia. Ltda.